

PEDRO ELIAS

A REVOLUÇÃO QUE MUDOU
PORTUGAL
E O **MUNDO**



Texto © Pedro Elias, 2014

O leitor está perante uma Separata do romance Memórias de um Despertar, que integra os capítulos 3, 5 e 7, do mesmo. A visão preconizada pelo capítulo 3, que foi amplamente divulgado em Janeiro de 2014, é agora, seis anos depois, complementada com os outros dois capítulos que apresentam essa revolução de uma forma mais global e completa.

Capa: *Design e execução técnica por Pedro Elias*

Arte Digital: *Mulher Vitruviana por Pedro Elias*

<https://fineartamerica.com/featured/vitruvian-woman-pedro-elias.html>

Paginação electrónica: Pedro Elias

Revisão do texto (livro integral): Isabel Sousa e Paula Alves

ÍNDICE

PREFÁCIO.....	5
ACTO I - A REVOLUÇÃO POLÍTICA E ECONÓMICA..	7
ACTO II - A REVOLUÇÃO SOCIAL.....	59
ACTO III - A REVOLUÇÃO ESPIRITUAL.....	87

PREFÁCIO

Em Janeiro de 2014, o capítulo 3 do livro “**Memórias de um Despertar**”, que iria ser lançado apenas seis meses depois, a 10 de Junho, começou a ser distribuído, em jeito de separata, com o título “**A Revolução que mudou Portugal e o Mundo**” chegando aos poderes políticos, sociais e económicos do país, bem como à sociedade em geral.

Presidente da República, Governo, Assembleia da República, gabinetes e deputados europeus, Conselho Económico e Social, municípios, juntas de freguesia, sindicatos, partidos políticos, confederações, federações e uniões representativas dos vários sectores, jornalistas, universidades, politécnicos, centros de investigação, movimento associativo, entre muitos outros, foram convidados a conhecer a visão preconizada nesta obra que foi profusamente partilhada, chegando a milhares de pessoas.

Hoje, 10 de Junho de 2020, seis anos depois, lanço uma nova versão dessa separata, dividida em três actos, onde inclui os capítulos 5 e 7 desse mesmo livro, e com isso trazen-

do, para além da revolução política e económica abordada no terceiro capítulo, a revolução social e espiritual desenvolvida nos restantes.

Neste ensaio de ficção pretendi mostrar um futuro possível de **Portugal** à luz da sua missão ancestral, cantada, escrita e declamada por tantos do passado, através da visão desse **Quinto Império** ungido pelo **Espírito Santo** que através de muitos filósofos e poetas sempre foi anunciado como a tarefa última desta nação.

Desde **Padre António Vieira** que teorizou sobre aquilo que **Bandarra** já profetizava, passando por **Fernando Pessoa** que soube ver no mito o império civilizacional mais do que o material, e terminando em **Agostinho da Silva** com a sua visão de um mundo gratuito, onde as prisões estariam vazias porque os homens encontrariam em si a eterna criança, que nada mais é que o próprio **Cristo**, transformando-a no verdadeiro imperador, esta obra afirma-se como um prolongamento desse veio profético e messiânico.

Dando corpo ao sonho e voz à esperança, pretendi mostrar que é possível cumprir **Portugal** no seu desígnio maior, dissipando a névoa que turva o olhar e revelando, de forma concreta, prática, objectiva e pragmática um fazer possível que pode inspirar todos aqueles que, sendo parte integrante dessa **Alma** que nos conduziu pela história, deverão assumir o seu papel na consecução de todos os desígnios que nos foram confiados, fazendo com que este país se cumpra, cumprindo-se o mundo no despertar de uma **Nova Terra**.

ACTO I

A REVOLUÇÃO POLÍTICA E ECONÓMICA

Estava sentada sobre o tapete, pensando na segurança que aquela pequena casa de montanha sempre me dera. Era ali que me refugiava quando necessitava de estar comigo mesma; um lugar que me acompanhou nos últimos cinquenta anos como um regaço onde podia pousar a cabeça e descansar das turbulências do mundo. E foram muitos os momentos em que recorri ao conforto daquele colo. Era como se tivesse regressado às minhas origens, ao lugar da minha infância, às memórias de um passado anterior àquele que podia recordar. Pelas paredes da casa, os meus quadros resumiam, em parte, tudo aquilo que ali vivera, sendo como espelhos de uma realidade paralela que nunca se desfez, confortando-me na certeza de que nada tinha sido quebrado, apesar de o João ter partido.

Quando a noite já ia longa, desdobrei o sofá e transformei-o em cama. Lá fora, a lua cheia espreitava pela porta corrida que dava para a varanda, inundando a sala com a sua luz inebriante. Adormeci logo depois. Nessa noite sonhei com um lugar bonito; um lugar onde caminhava junto das margens de um lago de águas tranquilas, vendo-me de mãos dadas com

a Maria. Do lado direito, segurando na outra mão da nossa filha, caminhava o João. Aquele sonho era recorrente em mim e retratava um momento que nunca acontecera, pois o João desencarnara estava eu grávida de sete meses. Sonho esse que, há cinquenta anos, viria a inspirar-me um quadro que pintei e que, mais tarde, após desenhar o rosto do João no espaço que sempre deixava em branco, dar-me-ia a certeza de quem ele era. Quadro, esse, que sempre fora a Raiz que me mantivera firme nestes cinquenta anos, permitindo que pudesse ajudar, nos bastidores, o António que se tornou o meu companheiro de jornada, o David, que era como um irmão espiritual, e a Maria que era a filha e a Mãe.

No dia seguinte, acordei com a certeza de que o meu reencontro com o João estava para breve e, nessa certeza, uma alegria profunda tomou conta de mim. Finalmente iríamos ficar juntos e não mais os caminhos do carma, em múltiplas vidas partilhadas, nos iriam separar. Deixei, então, a casa, indo até ao pomar que era cuidado pelas pessoas da aldeia, onde colhi algumas laranjas. Naqueles tempos todas as terras eram cultivadas e, se um dos responsáveis por um terreno não o pudesse fazer, teria que permitir que outros, que tivessem essa disponibilidade, o fizessem. O resultado das colheitas era depois partilhado por todos, pois há muito que o dinheiro tinha desaparecido do planeta. Das laranjas colhidas fiz um sumo, caminhando para o alpendre com o copo na mão enquanto me abeirava do parapeito que se precipitava sobre o lago. Uma névoa húmida e rasteira dissipava-se lentamente sobre a sua superfície que, aos poucos, começava a espelhar, de forma perfeita e sem distorção, o azul profundo do céu. Sentei-me numa cadeira de verga, lembrando-me do António.

Conheci-o na comunidade do David, tinha a Maria três anos. Já na altura ele era um jovem político, embora ainda inseguro dos caminhos a seguir e um pouco desiludido com o sistema partidário de então. Quando lhe perguntei porque é que se tinha tornado político, a sua resposta foi clara: «Para levar o bem-estar e a felicidade às pessoas, contribuindo para um mundo mais justo e equilibrado». Aquela era a sua paixão e embora, na altura, não soubesse ainda como iria concretizar esse sonho, o essencial já ele tinha, que era o propósito e a razão de ser. O fazer, esse, mostrar-se-ia por si mesmo à medida que ele avançasse com coragem e determinação pela concretização do seu sonho. Contudo, percebia nele o medo de avançar, de cumprir aquilo que o David profetizara sobre o seu futuro, pois ele mesmo considerava que não se mudava o mundo por se desejar mudar, mas apenas pela inspiração da própria Vida que teria que conduzir as coisas sem que ele tivesse que interferir. Sempre que o David falava daquilo que lhe estava destinado fazer, ele recusava ouvir, refugiando-se no facto de não saber nada do que supostamente deveria fazer e de não ir forçar nenhuma acção concreta só porque tinham previsto que ele, um dia, iria mudar o mundo. Insistia muitas vezes comigo que apenas a Vida tinha a força de mudar as coisas e não as pessoas, e que ele era apenas um instrumento desta e, por isso, não iria fazer com que as coisas acontecessem pela sua vontade no desejo de mudar o que quer que fosse, seja pela criação de um novo partido ou movimento, ou pela manifestação pública das suas ideias, mas apenas se essa mesma Vida lhe mostrasse, de forma muito clara, o que fazer. Este discurso, articulado e inteligente, camuflava um medo imenso de assumir aquele papel por todas as responsabilidades inerentes — e isso disse-lhe muitas vezes —, mas ele sempre manteve a sua posição de não avançar para nada de concreto.

Desde o dia em que nos conhecemos que as nossas Almas se uniram numa tarefa comum, que acabou por ganhar expressão no matrimónio que nos juntou para o resto das nossas vidas. Fomos muito felizes em todos esses anos que passámos juntos, estando eu a seu lado para o inspirar, dar confiança e segurança, à medida que a Vida foi pedindo dele a acção que ele mesmo recusava realizar por sua própria iniciativa, sendo obrigado a sair do conforto da toca e assumir as responsabilidades que a sua Alma tinha como parte integrante de um Plano há muito determinado.

E a Vida, como sempre acontece, acabou por chamá-lo. Certo dia, ao caminhar por uma rua junto da nossa casa, um mendigo estendeu-lhe a mão e pediu ajuda. Ele aproximou-se e retirou algum dinheiro para lhe dar, o que o mendigo recusou, dizendo: «Não quero o seu dinheiro, quero que mude o país para que não haja mais mendigos como eu». Disse-me, na altura, que o olhar daquele mendigo entrou por ele adentro de tal forma que lhe tocou a Alma, como se fosse a voz de um mestre a falar através dele. Compreendeu, a partir de então, que era a Vida que o estava a chamar para assumir as suas responsabilidades, algo que se tornou claro dias depois, quando recebeu um convite de uma plataforma de cidadãos que iria candidatar-se às eleições autárquicas do concelho onde morávamos e que lhe propôs que encabeçasse a lista e se tornasse o novo presidente da câmara. E este foi o seu primeiro desafio: candidatar-se a presidente da câmara, através de uma plataforma formada por pessoas descontentes com o modo como esta tinha sido gerida pelos vários partidos que se alternavam, ao longo dos anos, e onde os comportamentos e as práticas eram os mesmos, sempre em benefício de uns poucos, independentemente da cor partidária. A sua campanha foi simples, mostrando que era possível fazer diferente e não apenas melhorar

o que já existia como remendos que se colocam para tapar dificuldades. Em nenhum momento se reportou ao passado, ao que foi mal feito, aos erros cometidos e práticas menos correctas, mas apenas ao futuro, àquilo que era a sua proposta para uma transformação radical na forma como se geria um município, assente noutros valores e com outros objectivos. A sua postura humilde e o carisma genuíno que vinha de alguém que não tinha máscaras, agendas ocultas, interesses, fez dele um verdadeiro líder. Não foi, por isso, nenhuma surpresa para quem se cruzava com ele pelas ruas, a sua eleição, embora a nível nacional e na palavra dos comentadores políticos de então, esta tenha sido vista como algo inesperado.

Os seus quatro anos de governação foram exemplares. Cercou-se de pessoas competentes, não cedendo a lóbis ou interesses instalados, e reformulou por completo os quadros do município. Percebendo que havia pessoas em cargos de chefia que não tinham as qualificações mínimas para os mesmos, e percebendo também que muitas outras, em posições subalternas, tinham excelentes qualificações, competências e a motivação certa, fez uma reestruturação completa. Abandonou a estrutura hierárquica e criou uma estrutura matricial, criada em função dos projectos e das áreas de intervenção, cada uma com um responsável máximo que era escolhido pelas suas competências e capacidade de liderança, e com isto foi afinando a máquina para que esta pudesse responder com maior eficácia às medidas que iria começar a implementar. Os funcionários da câmara deixaram, através desta nova estrutura, de ficar presos aos seus departamentos, sendo mobilizados em função dos projectos que envolviam todas as áreas, criando um espírito de unidade entre todos em função dos interesses do município.

O António era um verdadeiro líder, mesmo que recusasse esse título, coisa rara naqueles tempos em que as lideranças eram fracas, movidas pelos interesses pessoais e pela pequena acção em função do momento. Ele não! Tinha uma visão clara daquilo que pretendia, e com essa visão mobilizava todos em torno da mesma. No seu mandato procurou ouvir as pessoas, primeiro dentro da câmara, e depois no território. Ele queria gente feliz e de bem com a vida a trabalhar consigo, e por isso procurou saber, antes de tudo o resto, o que seria necessário fazer para que se sentissem bem no seu local de trabalho. Com isto, deslocou muitos dos funcionários para áreas com as quais estes tinham maior afinidade e onde iriam estar mais presentes e activos, participando nos projectos pelo prazer de os desenvolver em função do bem-estar das pessoas e não pela necessidade de ter um ordenado no fim do mês para pagar as contas. Era ele mesmo quem conversava com as pessoas, que tentava, junto delas, perceber qual o melhor posto para cada um, dentro das possibilidades funcionais da câmara, e com essa reestruturação, criou uma equipa verdadeiramente motivada. Desenvolveu, assim, dinâmicas internas para definir e medir esse Bem-Estar e essa Felicidade. Concebeu um planeamento estratégico interno para a gestão dos recursos humanos a partir dos indicadores apurados e um sistema de avaliação tendo como base o desenvolvimento de competências, incrementando programas de qualificação e valorização desses recursos humanos em função dos projectos a desenvolver e das competências pessoais, relacionais e profissionais necessárias para o efeito. Criou também um modelo de gestão participativa, onde todos os funcionários podiam fazer-se ouvir e dar as suas opiniões sobre todos os aspectos funcionais e estratégicos da câmara.

Depois, foi replicar este modelo no território. Não era importante para o António focar as questões económicas e financeiras, mas sim o Bem-Estar e a Felicidade das pessoas. Esta era a base a partir da qual tudo o resto poderia funcionar de forma correcta, pois com pessoas infelizes nenhuma economia conseguia sustentar-se. Com esta postura, conseguiu criar um sentido de unidade no território em torno de uma ideia mobilizadora, capaz de gerar compromissos e dinâmicas de mudança dentro das organizações e destas com o território e com as pessoas. Favoreceu as relações directas, estando ele mesmo presente em todas as reuniões realizadas nas juntas de freguesia e outras instituições, levando a sua visão a todos através da sua palavra. Apelava à simplicidade e a estilos de vida mais saudáveis, fomentando a participação de todos no planeamento estratégico para o território através de orçamentos participativos, onde eram os próprios munícipes a decidir quais as acções a desenvolver ou obras a realizar, fazendo com que as pessoas e as organizações se sentissem como co-responsáveis pelas mudanças a implementar e, com isso, restaurou o sentido cívico de todos, por se sentirem parte integrante do processo de transformação e não elementos passivos que se limitavam a aceitar as mudanças que lhes eram impostas de cima. A prestação de contas, a transparência e a comunicação eram pilares essenciais desta estratégia, pois a avaliação dos resultados era partilhada com todos, desde os responsáveis políticos e profissionais, até aos grupos locais que se reuniam para analisar a consecução de todos os projectos.

A sua Visão era de tal forma mobilizadora, que conseguiu penetrar no tecido das próprias empresas locais que aceitaram implementar internamente a dinâmica que o António

levara para a câmara e, com isso, aumentaram a sua produção e a qualidade dos serviços prestados, contribuindo para uma comunidade mais aberta, feliz e capaz de responder sem reservas aos desafios apresentados. E tudo isto foi possível, porque era o próprio António quem ia pessoalmente a essas empresas e falava com os empresários e com os trabalhadores, mobilizando-os em função dessa Visão, algo que ele, como um verdadeiro líder que era, conseguia fazer de forma exemplar. E um verdadeiro líder é isso mesmo: alguém que está de rosto descoberto, que não representa qualquer papel em subordinação a interesses ocultos, mas que está de coração aberto em torno do propósito que definiu. E o António era esse coração aberto e espontâneo que cativava as pessoas com a sua simplicidade e a sua força.

Deixei o alpendre, entrando em casa. Os quadros espalhavam-se pelas paredes, grande parte deles colocados no chão por falta de espaço. Ao fundo, por cima da lareira, estava um pôr-do-sol pintado sobre as águas do mar. À direita, uma pomba branca que voava liberta sobre o deserto e, do outro lado, uma jovem a chorar diante de um homem sem rosto que lhe estendia a mão para ajudá-la. Pintara-os ainda antes de conhecer o João e já nos seus traços estava plasmado um pouco da nossa história em outras vidas. De um dos cantos da sala, peguei no cavalete, numa tela em branco e em algumas tintas, regressando ao alpendre onde montei tudo para um novo quadro que pedia para nascer.

A manhã acabou por se precipitar sob um sol que subia lentamente, aquecendo o ar que corria pela serra nos braços do vento que, por vezes, na rebeldia da sua natureza nada constante, soprava com mais força. Lá em baixo, a coberto dos montes que o ladeavam e que se prolongavam por

toda a sua extensão, o lago, que em tempos guardara muitos segredos, tornara-se um espelho, para o mundo, da verdadeira Paz. Um pequeno riacho desaguava neste, vindo da serra que se erguia do outro lado, serpenteando no reflexo prateado das suas águas claras e serenas. E foi esse mesmo lago que comecei por pintar naquele novo quadro que sabia ser o último.

No fim da manhã, entrei em casa para preparar o almoço. E enquanto fazia uma salada, lembrei-me novamente do António e do momento em que ele assumiu responsabilidades de âmbito nacional. Estávamos na véspera de eleições legislativas, quando um movimento espontâneo de cidadãos, que apelava ao voto em branco como protesto contra as políticas de então, ganhava força viral na Internet, mobilizando a sociedade civil. Esse movimento ganhou tal protagonismo mediático, que uma semana antes das eleições conseguiu colocar nos principais canais televisivos um spot publicitário com um actor de teatro conhecido, que se dirigia às pessoas num palco totalmente branco, dizendo: *Você sabia que, perante a lei, o seu voto em branco tem o mesmo valor que um voto nulo ou a abstenção? É verdade! Não é incrível?! Então você que abdicou de ir para praia com a família, que no exercício do seu dever cívico se deslocou a uma urna de voto e que votou em branco mostrando de forma clara aquilo que pensa vê, como resultado dessa sua acção consciente, a lei atirar o seu voto para o lixo num profundo desrespeito democrático pela sua posição. Pois eu estou aqui para lhe dizer a si que o seu voto em branco tem um valor moral que é muito superior ao valor da lei. Que através deste, você poderá mostrar que não quer mais estas políticas, estes políticos e estes partidos, pedindo a reforma do sistema. Por isso, está nas suas mãos decidir se quer continuar a ser governado pelos mesmos de sempre, sejam eles da esquerda ou da direita, ou se, de uma vez por todas, exige que o sistema mude e que a governação deste país fique nas mãos daqueles que o façam em função dos interesses de*

todos os portugueses e não de uns quantos grupos instalados. Por isso, faça como eu... No próximo Domingo, vote em branco!

Esta mensagem teve um tal impacto, que 75% dos eleitores acabaram por votar em branco. E nem mesmo as vozes dos partidos, que tentaram por todos os meios desvalorizar a mensagem e incutir nas pessoas o medo e a insegurança perante tal cenário, demoveram o povo que, de novo, fez história. Os resultados, esses, acabaram por ser menosprezados pelos partidos que se refugiavam na lei, acabando o Presidente da República, submetido às vozes do sistema, por promulgar esses mesmos resultados e empossar como Primeiro-ministro o representante do partido mais votado, que tinha tido apenas 10% dos votos. E foi aqui que, para espanto dos poderes instituídos que sempre foram surdos à voz do povo, esse mesmo povo fez, uma vez mais, história, quando no dia seguinte à mensagem do Presidente saiu para rua e se concentrou em frente à sua residência e ruas anexas, exigindo que este se demitisse. Era a consternação total do país pelo desrespeito à sua vontade, pelo atropelo da democracia que novamente se vergava sob o peso dos lóbis partidários e outros, mas desta vez seria diferente.

Ninguém podia esperar aquela reacção de um povo que tomou nas suas mãos, de forma pacífica e responsável, a restituição do princípio democrático, paralisando um país inteiro em manifestações que se espalharam por todas as cidades, e de forma mais concentrada na capital em frente à residência do Presidente. E foi ali, já a noite caía, quando todos acendiam velas ou isqueiros, numa vigília pelo fim daquele sistema, que todos, de forma espontânea, sem a instrumentalização de grupos, movimentos ou partidos, começaram a cantar, uma vez mais, Grândola Vila Morena e, em poucos minutos,

eram mais de um milhão de pessoas a entoar aquela música que fora o hino de uma revolução incompleta e que agora, uma vez mais, marcaria o fim de um regime. No dia seguinte todos os jornais abriam com a manchete: O Povo é quem mais Ordena. E assim foi, pois nesse mesmo dia o Presidente da República mandou reunir de urgência o Conselho de Estado. Nessa reunião ficou decidido que, nos dias seguintes, o Presidente deveria empossar como Primeiro-ministro um independente, sugerindo a este a criação de um governo de unidade nacional com a participação de todas as forças políticas cuja responsabilidade seria de, nos meses seguintes, fazer a reforma do sistema que o povo exigiu para que, só então, já com essa reforma constitucionalizada, novas eleições se realizassem. E foi aqui que o António deixou o espaço de acção municipal e entrou na esfera nacional. Sendo o seu trabalho na Câmara Municipal reconhecido como um exemplo de sucesso e sendo ele independente, foi visto por todos, de forma consensual, como a pessoa certa para dirigir esse governo provisório.

E o sistema foi totalmente reformulado, como nunca antes acontecera. Na Internet criou-se um *site* ligado ao governo, onde as novas medidas eram discutidas por todos e onde todos podiam deixar as suas sugestões. Aquela reforma constitucional foi, assim, realizada com a participação dos cidadãos. E uma das primeiras mudanças implementadas foi a do voto em branco, que passou a ter valor perante a lei. A partir de então, nenhum governo poderia ser empossado com uma maioria de votos em branco, sendo os projectos apresentados a votação cancelados com a obrigatoriedade de novos projectos e novos políticos serem apresentados para eleições. Deixou-se, também, para trás, o modelo vigente até então, que o António definia como uma democracia feudal, onde os novos senhores feudais eram os próprios partidos, passando-se para um mo-

delo onde qualquer cidadão poderia candidatar-se a Primeiro-ministro através da criação de um projecto de governação. Esses projectos, tanto dos grupos independentes, como dos partidos de então, eram submetidos a um órgão fiscalizador, criado para esse efeito, que os analisava e apenas aqueles que fossem aprovados seriam levados a sufrágio universal. Se algum desses projectos não obedecesse ao requerido pela lei, era devolvido ao grupo proponente, com um prazo definido para que as correcções fossem efectuadas de forma a que este pudesse ser validado e depois apresentado aos portugueses para votação.

A nova reforma definiu os Ministérios da República, que seriam fixos, não sendo mais possível reformula-los, fosse pela sua supressão ou fusão, a cada nova eleição. Evitava-se, assim, o caos na organização do Estado, sempre que um novo governo tomava posse. Depois de uma longa discussão com todos os partidos, forças sociais e sociedade civil, chegou-se ao modelo final, que só poderia ser alterado com dois terços de votos na Assembleia da República. Com a nova reforma deixou-se, também, de se votar em deputados que depois elegeriam um Primeiro-ministro, para se votar num Governo, já que cada candidatura era obrigada a apresentar nas suas listas todos os Ministros e Secretários de Estado que iriam formar esse futuro governo ao qual se propunham através do seu projecto. Isto permitia que o órgão fiscalizador pudesse avaliar esse governo e detectar conflitos entre as funções que iriam assumir e os interesses que pudessem ter no sector privado. Passou, também, a ser obrigatória a apresentação de uma proposta de governação que não deveria ficar-se apenas por ideias genéricas, mas que teria que ser trabalhada como se de um orçamento de Estado se tratasse, com todas as contas feitas, para que esse mesmo órgão pudesse verificar se essas propos-

tas respeitavam os limites constitucionais impostos para o endividamento do país e respectivo défice. Ficou estipulado na lei, também, que todo o governo que saísse do programa por si apresentado, desenvolvendo políticas contrárias àquelas que definiu nesse mesmo programa, seria dissolvido e novas eleições seriam realizadas, embora fosse permitido, no caso de haver pequenas correcções necessárias por factores e variáveis impossíveis de controlar, e apenas após a avaliação dessas alterações pelo órgão fiscalizador cujo parecer seria enviado ao Presidente da República, fazer alterações a essas mesmas políticas. No final de todo o processo, os projectos aprovados eram enviados por correio, na sua forma simplificada, para casa de cada português, para que os pudessem estudar e avaliar. Este era, aliás, o único custo do Estado com todo o processo, já que se tinha acabado com o financiamento dos partidos e grupos independentes.

Mas a maior de todas as reformas foi a passagem de um sistema representativo para um sistema democrático, algo nunca antes experimentado no mundo, com excepção da Grécia antiga onde o sistema nasceu. Naquele período existiam essencialmente dois tipos de sistemas: as ditaduras, e os sistemas representativos. E embora as pessoas chamassem esses sistemas representativos de democráticos, na verdade estes nunca o foram, pois a democracia é o oposto da representatividade.

O novo sistema funcionava de forma muito simples, sendo uma evolução do sistema representativo que existia até então, pois as pessoas continuavam a eleger deputados para a Assembleia da República, mas, ao contrário do sistema anterior, esses deputados tinham apenas poderes legislativos e não decisórios, ou seja, tinham a função de eleger um governo e produzir leis, mas não de as votar, pelo menos numa primei-

ra instância. O voto, esse, era feito pelos cidadãos através de sistemas informatizados disponibilizados para o efeito, fossem estes uma aplicação no telemóvel, ou um site na internet. Foi também distribuído a todos os eleitores um pequeno *tablet* de forma gratuito que seria usado exclusivamente para esse efeito, sendo o login em todas essas aplicações realizado a partir dos dados do portal das finanças.

Com a implementação deste novo sistema, eram as pessoas que votavam cada uma das leis. Durante a semana os deputados apresentavam no plenário da Assembleia os seus projetos de lei que eram discutidos por todos, e no fim-de-semana as pessoas, através dos vários meios ao seu dispor, acediam ao texto de cada projeto de lei, tanto na sua forma simplificada como completa, ao vídeo de apresentação onde este era defendido por parte do seu proponente, assim como a todos os vídeos das outras bancadas a pronunciarem-se sobre esse mesmo projecto. Com base em toda essa informação, cada pessoa depois votava em consciência a aprovação ou rejeição do respectivo projeto de lei. Essa aprovação, no entanto, só era válida se pelo menos 12% de eleitores votasse em cada lei, caso contrário, esta voltava a ser votada pelos cidadãos na semana seguinte e se o número de votos nesse projeto continuasse a ser inferior a 12% o mesmo regressaria ao plenário, agora para ser votado pelos deputados.

No entanto, sabendo que nem sempre o povo é sábio, podendo facilmente ser manipulado ou condicionado na sua votação, seja pelos populismos crescentes, seja pelos seus próprios interesses egoístas, foram criados vários mecanismos de proteção que impediam que tal pudesse acontecer. O primeiro já existia no sistema anterior e era o Tribunal Constitucional. Se a lei aprovada pelos cidadãos não estivesse de acordo com

a constituição esta seria imediatamente cancelada. O outro mecanismo de proteção, que também já existia no sistema anterior, mas que passou a ganhar mais peso e valor no novo sistema, era o veto presidencial. Qualquer lei aprovada pelos cidadãos poderia ser vetada pelo Presidente, e se assim acontecesse, esta subia novamente ao plenário para ser votada, agora, apenas pelos deputados. Prevenia-se assim a aprovação de leis populistas e protegiam-se as minorias, para além de se reforçar o poder do presidente, cujo veto tinha agora um outro peso. Por fim, um terceiro mecanismos de proteção, permitia ao Governo invocar a ingovernabilidade do país para pedir que a lei pudesse subir ao plenário para ser votada pelos deputados. Se alguém, por exemplo, propusesse uma lei para aumentar o salário mínimo para o dobro e esta fosse aprovada pelos cidadãos, o governo poderia invocar este mecanismo para que essa lei subisse ao plenário para ser votada pelos deputados. A invocação de tal mecanismo estaria sempre sujeita à avaliação de um órgão independente, não podendo este ser invocado de forma arbitrária pelo governo.

Com estas reformas, Portugal tornava-se o primeiro país do mundo verdadeiramente democrático, mudando radicalmente o sistema político de então; rompendo com os grupos de poder que se moviam em torno deste e fidelizando os governantes aos projectos por si apresentados e os cidadãos à responsabilidade de participar da política de forma ativa e responsável. E tanto assim foi, que em todas as eleições seguintes a taxa de abstenção foi reduzida a valores residuais.

E tudo isto aconteceu com os olhos do mundo virados para Portugal, pela ousadia e pela coragem de romper com o

velho e reformar as bases daquilo que sempre foi dado como certo, mostrando novos caminhos e novas formas de fazer.

No fim dos seis meses, as reformas tinham sido realizadas e o sistema estava pronto para novas eleições, já com a nova Constituição. E assim foi. Para além dos partidos, vários foram os grupos que se criaram, com base num número de assinaturas necessárias para o efeito, apresentando os seus projectos de governo. E um desses grupos, liderado pelo António, acabou por ser aquele que saiu vitorioso nas novas eleições, apresentando um projecto de governo de tal forma revolucionário que viria a mudar radicalmente o país e depois o mundo.

Após as eleições, e durante a aprovação do Orçamento de Estado, cujo votação era realizada pelos deputados, e não pelos cidadãos, o António dirigiu-se à Assembleia da República num discurso que iria fazer história, marcando ali o início de um estilo de governação que mais tarde seria replicado pelo mundo inteiro.

— Aceitei candidatar-me a Primeiro-ministro porque acredito na necessidade urgente deste país mudar de rumo, sem ter que repetir as fórmulas do passado. Não se trata de tentar fazer melhor dentro do modelo actual, pois seria arrastarmo-nos indefinidamente como pedintes, submetendo-nos aos poderes de fora. Aceitei ser Primeiro-ministro para libertar este país dessa dependência, trazendo de volta a dignidade que a sua história exige na postura de uma Nação que não foi fundada para ir a reboque desses mesmos poderes, mas para liderar o movimento que irá reformar o mundo. E isso só é possível com uma revolução. Uma revolução sem armas, sem exército, uma revolução que seja feita pela coragem daqueles que não têm medo de fazer diferente, rompendo de forma radical com o modelo actual que faliu e que

acabará por levar o mundo inteiro para o abismo. O governo que lidero nasceu da revolta de um povo que soube dizer BASTA. Que se posicionou e exigiu uma mudança. E essa mudança irá acontecer, não apenas nas reformas do sistema que já foram realizadas, mas nas novas políticas que têm que ser postas em prática para o bem do país e todos os portugueses, aqueles que cada um de vós tem a responsabilidade de servir, trabalhando para o bem comum. Nos próximos meses, essa revolução irá começar a ser desenhada e implementada de forma a fazer de Portugal um país próspero, capaz de trazer dignidade à vida de todos os seus cidadãos, percebendo que qualquer política deve sempre ter como foco principal o bem-estar das pessoas e o respeito pelo planeta e por todos os seres que nele habitam. As medidas que irão ser implementadas por este governo serão de tal forma radicais que não deverão ser realizadas apenas por nós, mas por todos. O país deverá estar unido em volta dessas reformas. É por isso mesmo que gostaria de deixar um convite aos líderes de todos os movimentos aqui representados. Que os líderes das vossas bancadas aceitem estar presentes em todos os Conselhos de Ministros onde estas medidas irão ser discutidas, pois queremos total transparência em tudo aquilo que iremos fazer. Não temos agendas ocultas nem estamos ao serviço de ninguém. Peço-vos que não se fechem dentro dos interesses que os vossos grupos possam ter, peço-vos que decidam em função do país e das pessoas que vos elegeram. A visão que este governo tem para o país deverá ser realizada com a participação de todos, sejam as pessoas ou as empresas, a favor do interesse colectivo, para que o país como um todo se possa erguer e seguir em frente com a dignidade de quem encontrou o seu rumo, não mais imposto por terceiros, mas construído a partir da vontade de todos nós.

O seu discurso foi ousado e muito bem recebido. E embora em circunstâncias normais da política desse tempo,

onde os interesses partidários sempre se sobrepunham aos interesses do país e, por isso mesmo, onde as oposições ficavam contra os governos no desejo que estes fizessem o pior possível para que na legislatura seguinte pudessem chegar ao poder, a verdade é que, contrariando todas as expectativas, o convite do António foi aceite, e todos os partidos e grupos independentes, a partir de então, se fizeram representar nos Conselhos de Ministros, não como meros observadores, mas como participantes activos que intervinham e deixavam clara a sua posição e assim, por antecipação, ficavam a saber das políticas do governo, podendo preparar com mais tempo a discussão das mesmas na Assembleia da República. Os olhos do mundo viravam-se para Portugal, ainda sem saber muito bem o que esperar daquela novidade que iria unir o país em torno das reformas que nos meses seguintes começariam a ser anunciadas.

O Programa de Governo tinha como base dois pilares essenciais: a auto-suficiência alimentar e a auto-suficiência energética do país. Sem estes dois pilares não seria possível estabilizar o país, pois estaríamos sempre dependentes do exterior, o que significaria que a nossa liberdade estaria condicionada por interesses externos e pelas flutuações dos mercados através da especulação; completamente expostos às futuras crises financeiras que o António sabia serem inevitáveis. Por isso, havia uma certa urgência em proteger o país dessas flutuações e das crises futuras que estavam por vir. Dentro da área da energia, na sua componente eléctrica, foram criadas leis que obrigavam todos os Portugueses a instalar, no mínimo, um painel solar em suas casas, sendo que a energia produzida, por mais insignificante que fosse, teria que ser comprada pela companhia de electricidade à qual estivessem vinculados contratualmente. Para não criar desequilíbrios, definiu-se que o preço de venda deveria ser igual ao preço de compra. Tinha-

mos assim milhões de painéis solares a produzir energia por todo o país. Apostou-se também na energia produzida pelas ondas, instalando-se ao longo da costa vários clusters. Com estas medidas, surgiram novas empresas produtoras deste tipo de tecnologia e envolveram-se as universidades de forma a aperfeiçoar essa mesma tecnologia que, nos anos seguintes, se desenvolveu de forma exponencial, tanto em eficácia, quanto nos custos, que diminuíram drasticamente. Portugal tornava-se, com estas medidas, excedentário em energia eléctrica que passou a vender para o exterior através das redes de ligação que foram criadas e que permitiam que essa energia chegasse ao centro da Europa a preços competitivos.

A maior revolução, no entanto, viria dos combustíveis. Não sendo Portugal produtor de petróleo, e existindo uma necessidade crescente de alcançar a neutralidade carbónica, não fazia sentido para o António que continuássemos a usar um combustível que não produzíamos e que era altamente nefasto para o ambiente. Por isso, criou uma lei que iria mudar radicalmente o país, e que mexia directamente com o outro pilar, o da auto-suficiência alimentar.

Essa nova lei definia metas bem concretas, que estipulavam que, quatro anos após o lançamento da mesma, seria proibida a venda em Portugal de veículos movidos a combustíveis fósseis e oito anos depois seria proibida a circulação desse tipo de veículos. No fim dos quatro anos, apenas seria permitida a venda de veículos eléctricos, a biodiesel ou a outras energias renováveis, sendo que esses novos combustíveis teriam que ser produzidos em Portugal. Foi uma verdadeira revolução. Os agricultores tinham agora uma cultura rentável, que poderia trazer novamente dignidade à sua actividade.

Tudo se desenvolveu de forma equilibrada, com leis

que regulavam de modo preciso essa mesma actividade para não permitir desequilíbrios, tanto no uso obrigatório de plantas que não fossem de consumo humano, estipulando-se o cultivo de diferentes tipos de plantas consoante a região do país onde iriam ser plantadas, e assim mantendo-se a biodiversidade — e aqui envolveu-se, uma vez mais, as universidades na busca das melhores soluções —, como na definição de regras que estipulavam, por um lado, que todo o agricultor que quisesse produzir biodiesel só o poderia fazer em 50% do seu terreno, ficando obrigado por lei a produzir alimentos nos restantes 50% e, por outro, o uso obrigatório de adubos e fertilizantes naturais, para se evitar a poluição do ambiente. Os que tinham pequenas parcelas eram estimulados a organizar-se em cooperativas onde os lucros eram divididos por todos, independentemente daquilo que cada um produzia na sua parcela. Com esta medida, Portugal deixava de importar combustíveis e trazia as pessoas de volta à terra, promovendo a agricultura e impedindo a desertificação crescente das zonas rurais. Em poucos anos, assistiu-se a um processo migratório de retorno ao campo. Quando a lei foi anunciada ao país, foi o espanto geral, pela coragem e pela ousadia, sendo esta apresentada com um trunfo que iria calar as vozes mais cépticas.

Durante a preparação do plano, o António reunira-se pessoalmente com os grandes construtores de automóveis, anunciando-lhes as suas intenções. Portugal seria o maior cliente de veículos eléctricos do mundo; uma nova tecnologia na qual esses grandes construtores começavam na altura a apostar e, por isso mesmo, não tinham ainda forma de responder a um mercado tão alargado, o que significava que seria necessário construir novas fábricas. E esse foi o trunfo que o António trouxe, pois, com o anúncio das novas reformas, vieram também os contratos assinados com essas empresas

que se comprometiam a criar em Portugal as novas fábricas de veículos eléctricos e de baterias, o que significava que o país iria, também, deixar de importar os automóveis, para além dos combustíveis. No contrato assinado com essas empresas havia uma cláusula em que estas se comprometiam a envolver as universidades portuguesas no desenvolvimento dessas mesmas tecnologias o que, em poucos anos, fez com que a autonomia das baterias tivesse triplicado. Algumas vozes se levantaram, alegando que as pessoas poderiam contestar estas medidas por se verem obrigadas a mudar de carro, mas era uma falsa questão, que acabou por não se colocar, pois quem usasse veículos a gasolina poderia convertê-los para hidrogénio, enquanto aqueles que tivessem veículos a gasóleo só teriam de fazer uma pequena adaptação no motor para permitir que estes pudessem funcionar a biodiesel.

O hidrogénio foi, aliás, um outro dos pilares dessa mesma revolução. Envolvendo as universidades conseguiu-se, por um lado, produzir hidrogénio a partir da água do mar, instalando-se as centrais ao longo da costa e, por outro, encontrar formas de armazenamento mais seguras que permitiram que a tecnologia se pudesse desenvolver e generalizar. O hidrogénio produzido, e armazenado na forma líquida, não só alimentava os veículos a gasolina, entretanto convertidos ao novo combustível, como funcionava também como unidade de armazenamento de energia. Basicamente o que se passou a fazer foi colocar as centrais de produção de hidrogénio a funcionar durante a noite com a electricidade produzida pelas eólicas, que no passado era enviada para o estrangeiro a custo zero por ser excedentária, aproveitando-a agora para produzir o hidrogénio que era armazenado e depois, durante o dia nos

picos de consumo, colocado a gerar electricidade através dos geradores das centrais que anteriormente usavam carvão e gás natural, convertendo esse hidrogénio em electricidade que era injectada na rede.

A revolução no sector energético foi total e motivo de orgulho para todos nós. Passámos a ser vistos pelo mundo como os pioneiros de um Novo Paradigma emergente e o exemplo a seguir. Deixámos de importar combustíveis e automóveis e a energia passou a ser mais barata. A balança comercial sofreu uma inversão com a diminuição drástica das importações e a exportação crescente de energia e de veículos eléctricos, cujo preço também diminuiu, fomentando o seu consumo por todo o mundo.

No sector agrícola, a revolução também foi radical, não se ficando apenas pelos combustíveis. Compreendendo que grandes corporações tentavam condicionar a liberdade dos agricultores com sementes patenteadas, muitas delas de tal forma alteradas geneticamente que as sementes resultantes da primeira safra eram estéreis, não podendo os agricultores usá-las na safra seguinte e com isso vendo-se obrigados a comprar novas sementes às mesmas empresas, e compreendendo também, através de vários estudos que essas grandes corporações tentavam silenciar, os graves riscos para a saúde no consumo de produtos derivados dessas culturas, o governo acabou por fazer sair uma lei, única em todo o mundo, em que proibia o uso na agricultura de sementes geneticamente modificadas e a venda de produtos que usassem esse tipo de sementes. Paralelamente, fundou um instituto responsável por criar um banco de semente tradicionais para a preservação das mesmas, ficando estipulado na lei que todas as sementes, contrapondo as leis europeias que tentavam condicionar a circulação das mesmas,

seriam de propagação livre em todo o território nacional não estando condicionadas a qualquer tipo de direitos de propriedade intelectual. Foi legislado, também, que nenhum recurso natural do país poderia ser privatizado, principalmente a água, cujo acesso era um direito humano inalienável.

Uma outra aposta verdadeiramente revolucionária foi na produção massificada do cânhamo. Com esta produção substituiu-se os eucaliptos pela nova cultura que passou a ser usada para fazer papel que, não só tinha uma maior qualidade, como exigia menos energia e produtos químicos no seu processamento sendo, por isso mesmo, menos poluente. Mas não foi só a indústria do papel que beneficiou desta aposta. A planta passou a ter também muitos outros fins, como a criação de tecidos para indústria têxtil, isolantes para a construção civil, biocombustíveis, bioplásticos e alimentação humana, com produtos de alto teor nutritivo. Uma verdadeira revolução e um exemplo para o resto do mundo que começou a usar, também, de forma massificada, esta planta milenar que, naturalmente, apesar de muitas vozes contrárias, nada tinha a ver com a canábis e seus efeitos psicotrópicos, embora fosse da mesma família.

No entanto, isto ainda não era suficiente para o António e para o seu governo. Ele queria ir mais longe. Não lhe bastava saber que os agricultores produziam alimentos por obrigação, pois era a única forma de conseguirem entrar na produção dos combustíveis. Ele queria que a produção de alimentos também fosse uma actividade rentável e digna, por isso foram elaboradas novas leis. Uma delas instituía a criação de uma bolsa de alimentos, onde o preço de cada produto seria estipulado diariamente pelo mercado, e assim o agricultor sabia quanto valia o seu produto naquele dia, cujo preço seria

o mesmo em qualquer lugar do país. Essa bolsa era nacional, não sendo regulada de fora e, por isso, não estava subordinada a interesses estrangeiros. Ficou também regulado que era proibido negociar colheitas futuras, impedindo-se assim a especulação, sendo apenas permitido transaccionar produtos reais, já produzidos. Esta bolsa foi criada para suportar uma outra medida, que definia uma percentagem fixa que o agricultor teria que receber por cada produto vendido e que foi estipulado nos 40%, sendo os restantes 60% para a distribuição e retalho. Criaram-se também regras no pagamento, em que os produtos perecíveis teriam que ser pagos a 30 dias, e os não perecíveis a 60 dias, após o qual esse valor passaria a ser considerado como um empréstimo que o agricultor fazia e por isso teria que ser devolvido com juros. Estipulou-se também um período máximo a partir do qual seriam aplicadas coimas ao infractor e cujo valor era de tal forma alto, que não compensava deixar de pagar aos agricultores.

Estas medidas acabaram, no entanto, por ter um efeito contrário ao desejado, e este foi o primeiro contratempo na política do governo, pois geraram protestos em vários sectores da economia, incluindo nos próprios agricultores que não conseguiam vender os seus produtos, já que a obrigação de terem que receber 40% do preço de mercado fazia com que os retalhistas e grossistas fossem comprar esses produtos ao estrangeiro. Tínhamos agora um coro de protestos dos agricultores que pediam medidas proteccionistas para obrigar os retalhistas e grossistas a comprar os seus produtos, algo que o António não queria fazer. Nos Conselhos de Ministros realizados de emergência para discutir este assunto, onde todos os partidos e grupos da oposição se encontravam presentes, foram lançadas várias ideias. Da esquerda, ideias proteccionistas, da direita o voltar atrás nas medidas impostas, e no meio

estava o António sem saber o que fazer. Lembro-me de que nessas semanas fomos várias vezes à comunidade onde ele se ia aconselhar com o David, mas este não lhe dava a resposta desejada, dizendo-lhe apenas para serenar já que quando menos esperasse a resposta surgiria. Para dificultar ainda mais, saíra num dos principais jornais um artigo de opinião de alguém ligado aos lóbis do retalho que fazia duras críticas ao governo, comparando-o com os governos da antiga União Soviética, e ao António em particular, acusando-o de ser um ditador encaipotado.

Perante o impasse criado, os partidos e grupos independentes acabaram por chamar o governo à Assembleia da República para que o assunto pudesse ser discutido por todos. Eu própria estive presente nas galerias nesse dia, e pude ver o quanto aquela discussão desgastou o António. Ele que tinha conseguido unir todos em torno da sua visão, via agora os partidos cederem aos lóbis internos e externos, radicalizando posições. Durante a sessão foram os ministros que falaram, e apenas no fim o António pediu a palavra e se dirigiu a todos.

— *Gostaria de me dirigir a cada um dos presentes com uma reflexão, não aos deputados eleitos por uma lista de um partido ou de um grupo independente, mas à pessoa que antes de ser de um determinado partido já o era como indivíduo que reflectia sobre a Vida, que enquanto jovem universitário ou não, ou até mesmo adolescente, se indignava com as injustiças, que tinha uma paixão genuína à qual estava disposto a tudo sacrificar, para que o bem comum pudesse ser salvaguardado. Jovem, esse, que na sua essência não tem cor partidária, porque o acto genuíno de reflectir vem da nossa condição de sermos Humanos, e não de uma filiação ideológica. E a reflexão que vos queria deixar é esta: em que curva do caminho nos perdemos de nós próprios? Porque*

esse jovem, de camisa e calças de ganga, e uso esta imagem como metáfora, é aquele que cada um de vós é em essência, e não o “engravatado” — ele fez o gesto das aspas — de hoje que se deixou condicionar, formatar, que permitiu que essa voz genuína fosse abafada em função de interesses que não são, verdadeiramente, os seus. Pois eu digo que esse jovem ainda está aí, ainda faz parte daquilo que cada um de vós É; que o país, mais que nunca, necessita que esse jovem regresse, que volte a vestir a camisa daquilo em que verdadeiramente acredita, sem deixar que nada nem ninguém abafe a sua verdadeira identidade. Ainda se lembram de como eram no passado? Ainda se lembram de quando tinham a liberdade de pensar, sem uma ideologia que vos condicionasse ou interesses que vos subjugassem? Porque toda a ideologia foi criada pela mente de alguém, e estar subordinado a essa mente é reduzir todo o vosso espaço a uma senzala onde se tornaram escravos por vossa própria vontade ou conveniência. Sei que, se estivéssemos num dos primeiros concílios da Igreja, nesta altura muitos de vós já estariam a tapar os ouvidos para não ouvirem estas heresias, mas permitam que hoje, quando regressarem às vossas casas, longe dos olhares de todos, possam olhar no espelho e fazer a pergunta: em que curva do caminho me perdi de mim mesmo?

O discurso do António foi recebido com indignação por parte de alguns deputados, que questionavam o tom, para eles, moralista. Mas ele não ripostou, deixando logo depois a Assembleia com o fim dos trabalhos.

Apesar destas dificuldades, o António nunca deixou que estas interferissem na sua vida e nas suas rotinas. Todos os fins-de-semana gostava de ir para a praça jogar às cartas ou xadrez com os reformados, ou jogar à bola com os mais jovens. Era no meio das pessoas que ele se sentia bem, de tal forma que muitos daqueles que lhe eram mais próximos ficavam bas-

tante preocupados com este tipo de exposição. Lembro-me de uma conversa que tivemos com o seu irmão num jantar de família:

— *Eu ainda não compreendo como é que tu dispensaste o carro, o motorista e a segurança e vais todos os dias trabalhar de transportes públicos.* — disse o irmão. — *Não vês que é um risco muito grande!? Ainda não percebeste, por tudo aquilo que estás a fazer no país, e que tem reflexos lá fora, que corres sérios riscos de vida?... Que as medidas que estás a implementar chocam com muitos dos interesses e poderes instituídos no país e no mundo? Por favor, António, leva-me a sério! Os Estados Unidos, ou dizendo de outra forma, os grandes lóbis que controlam o governo americano e o mundo poderão simplesmente mandar-te matar. Se o fizeram com Sá Carneiro e Amaro da Costa, por estes se oporem aos seus negócios com armas para o Irão e África, e com tantos outros líderes da América do Sul que recusaram implementar as políticas americanas, não achas que também o farão contigo?*

— *Se há uma coisa que eu nunca farei é ceder ao medo, pois este escraviza-nos* — respondeu o António. — *E depois, o que eu estou a fazer não é meu, sou apenas o instrumento de uma Alma que pede que a função deste país se cumpra... nada mais.*

— *Mas se eles te matarem, ficas impossibilitado de a cumprir.*

— *O que está a ser feito, as políticas que estão a ser realizadas, não são mais deste governo, Carlos, mas de todo um povo. Se me assassinarem, outro seguirá os mesmos passos, pois será o próprio povo português a exigir isso. Portanto não te preocupes. Essas forças que controlam o mundo, que transformaram uma das mais belas repúblicas, como os Estados Unidos, numa plutocracia que hoje é gerida pelas grandes corporações, não têm como parar*

este movimento, pois os ventos sopram na direcção contrária dos seus interesses e, mais tarde ou mais cedo, todos eles implodirão. Por isso, não percamos tempo a falar deles, mas do novo que tem que ser implementado, pois é na consecução desse novo que o velho se desmantelará por si mesmo.

A sua serenidade face às dificuldades permitia que o foco da sua acção se mantivesse sempre claro, não sendo possível tirá-lo da sua rota. E tal como o David lhe tinha dito, a solução para o problema que ele tinha em mãos surgiu sem esforço, quando numa noite acordou com uma frase que tinha sonhado e que era: Localização Concêntrica. E ali nascia um novo conceito que nos anos seguintes iria espalhar-se pelo mundo, contrapondo com o modelo da Globalização.

Este novo modelo, o da Localização Concêntrica, que o António iria implementar em Portugal, era visto por muitos como uma forma de protecção encapotado. Na sua essência, o novo modelo definia que os retalhistas e as empresas em geral teriam que comprar no seu anel mais próximo e apenas se não encontrassem o produto neste é que iriam para o anel seguinte. Era uma forma engenhosa de promover a produção e proteger os agricultores e as empresas locais sem ter que proibir a importação de produtos ou definir cotas de mercado. As empresas tinham total liberdade de importar o que quisessem, desde que não encontrassem esse produto nos anéis mais próximos, que eram o concelho, o distrito, o país e só então o estrangeiro. Este modelo fez carreira pelo mundo nos anos seguintes, pois ao contrário do modelo da Globalização, que levava à miséria populações inteiras dizimando as suas economias locais em favor dos grandes interesses económicos, o modelo da Localização Concêntrica promovia as economias locais obrigando os grandes grupos económicos a

deslocarem-se para os mercados onde pretendiam vender os seus produtos criando riqueza local e promovendo o emprego. Ou seja, não era mais possível, com este modelo, uma empresa instalar-se em países do “terceiro mundo” para explorar a sua mão-de-obra barata, e muitas vezes escrava, para depois vender esses produtos noutros países a preços mais baixos e com isso acabando com as economias locais. Agora, esses grupos económicos teriam que instalar as suas empresas nos países onde pretendia vender, gerando riqueza e emprego no próprio país. Se não o fizessem, corriam o risco de um dos seus concorrentes se antecipar e ao instalar a sua empresa nesse país conseguir para si todo o mercado local. Ainda me lembro da entrevista que o António deu a um dos canais de televisão, onde defendia o seu modelo:

— *Mas não é este novo modelo uma forma de proteccionismo encapotado?* — perguntou o jornalista.

— *De forma alguma! Não nos estamos a fechar ao exterior, ou a criar taxas aduaneiras, nem estamos a impedir quem quer que seja de importar produtos do estrangeiro, ou a definir cotas de consumo obrigatório de produtos nacionais. Apenas dizemos que as empresas têm que comprar no seu anel mais próximo. Por isso, que deixemos que as leis do mercado funcionem em liberdade, pois se existe uma empresa estrangeira que se sinta prejudicada com este modelo, só terá que instalar a sua fábrica ou lojas em Portugal e o mercado será seu.*

— *Há algo que ainda não compreendi muito bem neste modelo. Vamos supor que num determinado concelho só existe uma fábrica de sapatos, e que estes são de péssima qualidade. As sapatarias do concelho terão que ser obrigadas a comprar estes sapatos?*

— *O novo modelo estabelece concentricidades variadas consoante o tipo de produtos. Apenas os produtos de natureza agrícola têm uma concentricidade assente no modelo de concelho, distrito, país e estrangeiro, o que significa que se uma loja quiser comprar batatas terá que as comprar no seu próprio concelho, e só se não encontrar neste é que passará para o anel seguinte. Todos os outros produtos que não sejam agrícolas, têm uma concentricidade assente no modelo de país e estrangeiro, por isso qualquer sapataria poderá comprar sapatos em qualquer parte do país.*

— *No entanto, eu que gosto de sapatos italianos já não os poderei comprar nessas sapatarias, porque estas encontrarão sapatos dentro do anel mais próximos que é o país. Como poderei comprá-los?*

— *Três situações poderão acontecer. — ele usou os dedos para contar — 1) A marca de sapatos italiana instala a sua fábrica em Portugal e você poderá encontrar esses sapatos em qualquer sapataria. 2) A marca de sapatos italiana decide manter a sua fábrica no estrangeiro, mas cria a sua rede de lojas em Portugal, representativas da sua marca, para vender em exclusivo os seus produtos e neste caso poderá encontrar esses sapatos nas respectivas lojas. 3) A marca italiana decide não fazer nenhum tipo de investimento em Portugal, e nesse caso não é justo que pretenda lucrar às custas do dinheiro dos portugueses, e assim, em última instância, poderá sempre encomendar os seus sapatos pela Internet.*

— *O que me irá custar muito mais do que se pudesse comprar na sapataria.*

— *É verdade. Mas querer sapatos italianos, quando tem sapatos portugueses de qualidade igual ou superior, é um luxo seu e por isso terá que ser você a pagar por esse luxo, não acha?*

O jornalista sorriu.

— *Vamos ver se compreendi, então. Este modelo da Localização Concêntrica não está a impedir que os produtos estrangeiros sejam vendidos em Portugal. Apenas exige que as empresas invistam no país, seja através de fábricas, o que sinceramente acho que muito poucas farão tendo em conta o facto do mercado português ser tão pequeno, seja através de redes próprias de lojas representativas da marca que vendam exclusivamente os produtos dessa empresa, é isso?*

— *Exactamente! Não estamos a taxar esses produtos acima dos produtos portugueses, nem estamos a criar cotas de consumo obrigatórios de produtos nacionais, apenas dizemos que toda a empresa estrangeira, para vender em Portugal, terá que investir no país, seja através de fábricas, e acredito que algumas o farão, como podemos ver com a indústria automóvel, seja através de redes próprias de venda ao público. Se isto for realizado, as leis de mercado funcionarão naturalmente. E veja o exemplo daquele grupo estrangeiro que vende mobiliário em Portugal. Este é um grupo que não irá ser afectado com o modelo da Localização Concêntrica, pois mesmo quando não tinha fábricas em Portugal, soube criar a sua própria rede de lojas para vender os seus produtos, gerando riqueza no país e criando postos de trabalho. Hoje já criou as fábricas, e gerou ainda mais riqueza e trabalho. E mesmo que muitos possam ver nesse grupo um concorrente das fábricas de mobiliário nacional, em momento algum iremos interferir para proteger essa indústria, pois compete a esta modernizar-se e encontrar soluções tão criativas e inovadoras quanto as apresentadas por este grupo. Por isso, como pode ver, não existe da nossa parte, através da implementação deste modelo, qualquer tipo de protecção, e quem nos acusar disto ou está de má-fé, ou está ao serviço dos grandes grupos económicos para quem o modelo da*

globalização sempre servirá melhor. Só que não podemos compactuar mais com esse modelo que depredou as economias mais frágeis e que irá, inevitavelmente, levar à miséria populações inteiras. O modelo da globalização faliu, não serve, por isso soltemo-lo. Como podemos continuar a defender esse modelo, se ele já deu provas suficientes de que em momento algum esteve ao serviço das pessoas, mas sim dos grandes grupos e interesses económicos? É quase criminoso continuar a sustentar algo que levou à miséria, e até mesmo à morte, milhões de pessoas pelo mundo inteiro para que nós pudéssemos ter a possibilidade de escolher entre vários modelos de uma mesma coisa, num consumo desenfreado que nos endividou a todos e que acabará, se não for corrigido, por levar o mundo à banca rota.

— *Aqui tenho que abrir um parêntese, pois esse cenário que descreve parece-me muito pouco realista. Todos sabemos que a deslocação das empresas para esses países melhorou a vida das pessoas desses mesmos países, tirando milhões da pobreza.*

— *Essa visão é falaciosa, porque está incompleta. Se estamos a tirar pessoas da pobreza com um modelo que não é sustentável, mais tarde ou mais cedo esse modelo colapsará e no fim do processo essas pessoas, que eram pobres no início, tornar-se-ão miseráveis no fim. Porque quem pensa assim só fez meio caminho e não o caminho completo do processo. Ora imagine esta empresa ocidental que se desloca para um país do terceiro mundo. Naturalmente que não o faz para tirar pessoas da pobreza; a empresa não é uma ONG, mas fá-lo para buscar o lucro. Ao instalar-se nos subúrbios de uma qualquer cidade começará a empregar pessoas que viviam, muitas delas, nas aldeias, com vidas pobres, praticamente sobrevivendo da pouca agricultura que faziam e da ajuda dos vizinhos. Essas pessoas, ao empregarem-se nessas empresas, passaram a ter mais dinheiro do que tinham anteriormente. Com esse*

dinheiro vem um tipo de consumo ocidentalizado, o que lhes permitirá ter acesso a bens que não tinham. Algumas, pela segurança de um emprego que lhes dá acesso a um salário fixo, endividam-se para poderem consumir mais. E assim, aparentemente, as suas vidas melhoraram. Aos olhos do mundo elas não são mais pobres. Só que isto é apenas o meio do caminho. Agora venha comigo fazer o resto do caminho que todos aqueles que defendem a globalização não fazem. É que esta empresa, como lhe disse, não se move pela caridade, não tem como objectivo a melhoria da vida das pessoas, mas apenas o lucro. E em algum momento irá olhar para o país vizinho e perceber que ali conseguirá salários mais baixos. Fechará a empresa e enviará para o desemprego todos aqueles que ali trabalham. Estes ficarão sem protecção social, sem um salário, cheios de dívidas e a viver nos subúrbios de uma grande cidade onde não poderão sequer voltar a cultivar a terra para conseguir algum alimento. Ou seja, como disse há pouco, no início do processo eram pobres, e no fim tornam-se miseráveis. E tornam-se miseráveis porque o sistema que alimenta esta globalização não é sustentável e mais tarde ou mais cedo acabará por colapsar por completo. E nem sequer falei no rasto ambiental que é desastroso, pois essas empresas, ao se instalarem em países sem nenhum tipo de regulamentação, não irão gastar dinheiro algum em protecção ambiental, maximizando ainda mais os seus lucros e, com isso, matando milhões de pessoas, de forma direta ou indireta, como resultado de toda a poluição e degradação que deixam atrás de si. A globalização é uma verdadeira história de terror; com rosto de palhaço que até parece amigo e simpático, mas de terror.

— *É uma pessoa de esquerda?* — Perguntou o jornalista retomando o fio da entrevista.

— Quando me fazem essa pergunta, respondo sempre da mesma forma: não sou de esquerda, nem de direita, mas de mim mesmo. E ser de mim mesmo, significa que a compreensão que faço do mundo resulta de uma reflexão pessoal na construção de uma verdade a partir do entendimento que fiz da vida e suas dinâmicas, e não na aceitação passiva de uma ideologia mastigada pela mente dos outros. As conclusões a que cheguei a partir dessa reflexão levaram-me a soluções próximas da esquerda e outras da direita, mas sem nunca pertencer a nenhum dos lados que não a mim mesmo. Está diante de um homem livre, coisa rara nos tempos de hoje. E é por isso mesmo que me é possível realizar as mudanças que estão em curso, algo impossível se fosse de esquerda ou de direita de tão cristalizado que estaria em modelos do passado.

— Eu faço esta pergunta porque muitos consideram as suas políticas de esquerda. Concorda?

— Respondo-lhe no mesmo sentido, dizendo que estas políticas não são nem de esquerda, nem de direita, nem do centro, mas sim de cima. Sendo que este “cima” são os portugueses e o interesse nacional.

— Mas é acusado, por alguns, de ser contra as empresas e o capital.

— O mais irónico, sabe, é que este novo modelo que estamos a implementar é aquele que poderá salvar muitas das empresas, mesmo as maiores, de falirem, pois esse é o destino de todas elas dentro do modelo da globalização. Se é verdade que no modelo da globalização uma empresa tem que investir menos para chegar aos mercados, podendo montar uma grande fábrica num país do terceiro mundo para depois vender os produtos ali produ-

zidos a preços baixos para o mundo inteiro, e com isso destruindo as economias locais do resto do mundo, não é menos verdade que ao fazê-lo está a assinar a sua própria sentença de morte, já que, ao destruir os mercados locais, estará a conduzir as pessoas à pobreza, e pessoas sem dinheiro não poderão comprar os produtos dessa mesma empresa levando-a, mais tarde ou mais cedo, à falência. O modelo da Localização Concêntrica, pelo contrário, exigirá dessas empresas um maior investimento inicial, pois ao contrário do modelo anterior, em que tinham apenas que investir numa grande fábrica, agora terão que criar fábricas nos países para onde pretendem vender os seus produtos. Só que, se é certo que existe um investimento maior, também é certo que ao levarem riqueza para esses países estarão a contribuir para o bem-estar das pessoas e das economias locais, permitindo que estas tenham capacidade financeira para continuarem a consumir os produtos que essa mesma empresa produz. Como vê, este novo modelo é bom para as pessoas, mas também para as empresas. E é mais justo, pois implica que o capital circule e não fique estagnado nos bolsos de alguns enquanto assistem à falência dos mercados. E esse é o destino que está à nossa frente se nada for feito: a falência global do sistema financeiro mundial e a miséria crescente.

— *E se os outros países não aceitarem os seus argumentos e considerarem que este modelo é proteccionista, exigindo o mesmo dos produtos nacionais quando exportados?*

— *Eu espero sinceramente que este modelo seja adoptado pelo mundo inteiro, pois é o único que poderá trazer de volta a abundância à economia mundial e o bem-estar às populações. E por isso aquilo que exigimos dos produtores estrangeiros deverá ser o mesmo a ser exigido aos produtores nacionais, ou seja, que instalem as suas fábricas no estrangeiro, se quiserem aquele mercado, gerando riqueza local e criando postos de trabalho, ou criem*

as suas redes de distribuição ou de venda para os seus produtos, ou então que se especializem em produtos que sejam únicos e que não possam ser encontrados nos anéis mais próximos desses países.

— *E se ninguém seguir o seu modelo e começarem a criar barreira alfandegárias aos produtos nacionais?*

— *Nesse caso mostrarão a sua má-fé, pois em momento algum levantámos barreiras alfandegárias aos produtos estrangeiros. E nesse caso teríamos que ver outras soluções.*

— *E que soluções seriam essas?*

— *Ainda é cedo para falar* — concluiu o António, sorrindo.

Essas soluções passavam pela criação de uma união económica entre os países de língua portuguesa, pois já nessa altura o António sabia que a Europa não iria aceitar o novo modelo, o que seria um pretexto para ele fazer aquilo que sempre quis fazer, que era sair da União Europeia e criar, juntamente com o Brasil e Angola, e mais tarde com todos os outros países de língua portuguesa, a União Lusófona.

Todas estas medidas foram implementadas no seu primeiro mandato e em quatro anos o país mudou radicalmente. Tínhamos agora a capacidade de produzir a nossa própria energia sem estar dependentes do exterior e de alimentar um país inteiro com os nossos próprios recursos. Embora fosse apenas no mandato seguinte que a máquina estaria em plena laboração, com a proibição da venda de veículos movidos a combustíveis fósseis, já no primeiro mandato a produção dos novos combustíveis e a venda dos novos veículos começou a ganhar força, sendo que nenhuma das medidas foi vista pelos portugueses como uma imposição, mas como algo a que todos

aderiram com gosto e orgulho por estarem a fazer diferente e de serem vistos por muitos sectores, no mundo inteiro, como um exemplo a seguir. O António, como um verdadeiro líder, tinha conseguido mobilizar um país inteiro em função da visão que tinha, e isto era algo que muito poucos conseguiam fazer, pois, escravos de um sistema alimentado pelos interesses e pela vontade de poucos, submetiam-se de forma passiva a esses mesmos interesses, acomodando-se no conforto dos caminhos conhecidos sem ousarem pensar de maneira diferente e depois agir de acordo com esse novo pensamento.

A União Europeia, no entanto, como o António já previa, não ficou convencida com as novas políticas, exigindo que o modelo da Localização Concêntrica fosse abandonado por considerá-lo proteccionista e contrário ao Espírito Europeu. Na verdade, todos percebíamos que aquilo que a Europa queria dizer com “Espírito Europeu” era na verdade o Espírito dos grandes interesses económicos que acabaram por pressionar os políticos europeus, como lóbis poderosos, para que impedissem que o novo modelo fosse implementado, pois não só era uma afronta ao seu poder, como poderia disseminar-se pelo mundo pondo em causa o modelo da globalização que tão bem os servia. E foi num dos conselhos europeus que o António falou para os seus congéneres, cujo discurso foi ouvido pelo mundo inteiro como uma lufada de ar fresco que soprava no meio do mofo institucional e burocrático daquela Europa moribunda.

— *O Espírito Europeu já não existe. Vivemos um conto de fadas que se transformou num conto de bruxas, onde a Europa foi construída em função dos interesses dos mais ricos, pois necessitavam de mercados para vender os seus produtos. Com isso destruíram as economias dos países mais frágeis, dizimaram a sua*

capacidade produtiva, pagando para que estes abandonassem as terras e o mar e passassem a consumir tudo aquilo que vinha do centro da Europa, obrigando ao seu endividamento crescente. Esta não é a Europa que foi desenhada na mente dos seus criadores, esta não é uma Europa solidária e unida em torno de uma causa comum, mas um aglomerado de interesses numa estrutura que agride a própria democracia. Não iremos abandonar o modelo da Localização Concêntrica, porque temos que vos pagar a dívida que contraímos convosco, e só podemos pagar a dívida se produzirmos riqueza. Neste momento, Portugal está a sair da crise a um ritmo mais acelerado que todos os outros países da Europa. Os mercados voltaram a confiar em nós, e somos aquele que mais cresce. Deveríamos ser vistos como o exemplo a seguir e não como o exemplo a abater. E se o modelo que estamos a adoptar é visto por vós como uma ameaça, a solução é muito simples: adoptem-no também e juntem-se a nós, alinhando-se com os novos tempos que irão pedir de vós outras soluções, porque se não o fizerem será o euro e a própria Europa que não terá futuro.

As reacções foram extremadas. Desde os aplausos de vários sectores, que viam naquele discurso uma esperança para a Europa, até às críticas pesadas dos mais conservadores que exigiam que Portugal deixasse o euro e a União. E assim foi. Já no seu segundo mandato, Portugal pediu a saída do euro e da União Europeia, numa altura em que o País se tornava um modelo para muitos outros que começaram, em particular na América do Sul, a replicá-lo.

A saída de Portugal da União Europeia acabaria por pôr fim àquele projecto há muito condenado, pois em poucos anos o euro deixou de existir e a União acabou por se desmantelar. Portugal, pelo contrário, cresceu ainda mais. Embora ti-

vesse adoptado uma moeda mais fraca, como não estávamos dependentes de importações, a moeda acabou por beneficiar as exportações, na sua maioria de tecnologia ligada à energia e aos novos veículos eléctricos. As exportações passaram a ser realizadas em maior número para os países de língua portuguesa, onde começou a desenhar-se uma nova comunidade económica e política que três décadas depois, já após o Grande Colapso que levou o mundo à banca rota, iria dar origem à Federação Lusófona.

Mas houve muitas outras leis implementadas no país durante o seu primeiro mandato, todas elas revolucionárias e sempre em função do bem-estar das pessoas e da vida planetária. Na educação, com o envolvimento de todos os parceiros sociais e sindicatos, acabou-se com um modelo curricular imposto de cima, para se apresentar um modelo básico, com linhas gerais, onde cada professor passou a ter a liberdade de criar em cima desse modelo, escolhendo as ferramentas mais indicadas para o implementar em função dos alunos e do contexto social. Definiu-se que esse modelo deveria ser construído em conjunto com os alunos, num processo de co-responsabilização, e não como algo imposto e obrigatório. No primeiro ciclo acabou-se com as avaliações, os testes, os quadros de honra, sendo o processo de aprendizagem feito de forma cooperativa e sempre de um modo lúdico. O lema no primeiro ciclo era: “aprender enquanto se brinca”. Nos outros dois ciclos mudou-se a forma de se avaliar os alunos e com isso acabou-se com as retenções. Com essa reforma a passagem de ano era feita pela média de todas as disciplinas e não pelo número de negativas. Ou seja, um aluno com oito disciplinas que tivesse claramente vocação para ciências, por exemplo, tendo, em quatro dessas disciplinas, a nota de 4 e nas outras quatro a nota de 2, passaria

de ano mesmo com quatro negativas já que a sua média final seria 3. Isto permitia que os alunos pudessem gerir o seu percurso académico em função dos seus interesses, pois chumbar um aluno como este seria penalizar de forma profundamente injusta alguém que, claramente, já mostrava uma vocação pela qual iria fazer todo o seu percurso académico futuro. Este novo sistema tinha também o mérito de dar verdadeiro valor e peso a cada nota, pois, ao contrário do sistema anterior onde passar de ano com um 3, 4 ou 5 era exactamente a mesma coisa, não motivando os alunos para se esforçarem mais, agora cada nota tinha o seu valor próprio e podia ser gerida pelo aluno de forma a obter a média necessária para passar de ano. Apesar do novo sistema reformular por completo a avaliação dos alunos, resolveu-se manter, do antigo, a passagem de ano com duas negativas, mesmo que a média fosse inferior a 3, de forma a não penalizar os alunos mais fracos e com maiores dificuldade de aprendizagem, acabando-se, no entanto, com a regra de se chumbar um aluno se as duas negativas fossem a Português e a Matemática. Já os professores, por sua vez, deixaram de ter um papel administrativo, concentrando-se unicamente no acto de ensinar, e foi-lhes dada maior liberdade na forma de o fazer. A reforma do sistema de ensino acabou por ter como base a desconstrução de um modelo que tinha a sua raiz na revolução industrial, com os seus horários rígidos, com as campainhas, com as filas e as fardas, com uma lógica regimentar, para algo mais fluido, mais livre, mais ao sabor do momento, da criatividade e da cooperação. A escola passou a ser um lugar de prazer e alegria, e não mais um fardo e uma obrigação.

Na saúde houve também uma pequena revolução. Percebendo o governo o abandono crescente do interior, onde os médicos faltavam e as populações envelhecidas tinham que se

deslocar dezenas de quilómetros para serem atendidas, e percebendo que muitos dos médicos formados nas universidades públicas saíam destas para o privado, depois de um investimento avultado na sua formação, o governo fez sair uma lei em que vinculava os médicos formados nas universidades públicas ao sistema nacional de saúde por um período de anos que variava consoante a sua especialidade. Durante esse período, o seu vínculo ao estado era exclusivo, podendo cada médico ser mobilizado para qualquer parte do país. Este vínculo não era obrigatório, podendo a qualquer momento o médico activar a sua cláusula de rescisão com o estado, pagando a integralidade do curso, se esta fosse activada logo após o fim deste, ou o valor remanescente no caso de já ter estado ao serviço do Estado por alguns anos. Esta medida mudou por completo a qualidade dos serviços prestados às populações. Tínhamos agora todos os centros de saúde do país com vários médicos disponíveis a tempo inteiro, reduzindo-se drasticamente as filas de espera. Definiu-se nessa lei que o tempo de consulta deveria passar dos dez minutos para trinta minutos, pois o cuidado e a atenção que se prestava ao doente era por si só, meia-cura. O próprio curso de medicina passou a incluir novas disciplinas, para além das disciplinas técnicas, como aquelas que ensinavam a melhor forma do médico se relacionar com o doente e a arte de saber ouvir e acompanhar esse doente de forma presente e atenta. Foram também incluídas disciplinas sobre medicinas e tratamentos alternativos, que passaram a fazer parte do sistema nacional de saúde como uma opção possível em casos em que não se justificava, devido aos efeitos secundários adversos, administrar os medicamentos convencionais. Com estas medidas, a saúde das pessoas melhorou, o seu acompanhamento passou a ser mais humano e completo e o Estado poupou com todos os medicamentos e exames que não foram necessários

prescrever, pois a atenção, o cuidado com o doente e o simples gesto de saber ouvir e de acompanhar com compaixão era muitas vezes suficiente para resolver o problema.

Quando o primeiro mandato terminou, o António trouxe uma outra novidade ao panorama político. Embora todas as sondagens indicassem que iria vencer as eleições com mais de dois terços dos votos, e por isso mesmo, dentro da mentalidade de então, poderia governar sozinho, o António fez questão de apresentar um governo de unidade nacional para ser votado pelos portugueses, convidando para esse governo todos os partidos e grupos com assento parlamentar numa coligação nacional em torno daquele projecto. E todos aceitaram.

O mundo não falava de outra coisa. Aquele pequeno país, ignorado por muitos, passava a ter uma identidade e uma Voz que era só sua e que, aos poucos, começava a ser ouvida, percebida e executada por muitos na replicação das políticas implementadas. Após as eleições convidou para o Conselho de Ministros os representantes dos partidos e dos grupos sem assento parlamentar, pois também estes deveriam ser ouvidos e considerados.

O segundo mandato começou com a saída de Portugal da União Europeia. Os lóbis que se moviam nos bastidores, exigiam que assim fosse devido às políticas adoptadas por Portugal e o governo aproveitou a onda negativa para fazer aquilo que já há muito deveria ter sido feito. Muitos partidos europeus aplaudiram a coragem de Portugal, em particular alguns partidos que sempre foram contrários àquele modelo europeu que contrariava os princípios básicos da democracia. Um modelo onde as políticas eram decididas por pessoas que

não tinham sido eleitas pelos europeus, onde os tratados eram aprovados contra a vontade das pessoas, pois quando estas, em referendo, se mostravam contrárias aos mesmos, a Europa mandava repetir esses mesmos referendos até obter o resultado desejado e com isto acabando com qualquer noção democrática que ainda pudesse existir nesse projecto. Fora da União Europeia, Portugal cresceu ainda mais. Com uma moeda mais fraca, as exportações aumentaram, em particular para os países de língua portuguesa onde, ainda no segundo mandato, seria criada a União Lusófona que, numa primeira fase, era exclusivamente económica, mas que nos anos seguintes avançaria para uma união política e, mais tarde, para a actual Federação Lusófona onde se encontram todos os países de língua oficial portuguesa.

Nesse segundo mandato obteve-se a consolidação das medidas implementadas na anterior legislatura. O país era agora auto-suficiente em energia e alimentos, tendo uma economia sólida, próspera e cheia de vitalidade. Nos fóruns internacionais, era visto como o exemplo a seguir, a locomotiva de um Novo Paradigma emergente ao qual todos se deveriam juntar.

Mas algo de profundamente dramático estava destinado ao país no final do segundo mandato, quando Lisboa foi assolada por um terramoto verdadeiramente devastador, que deitou por terra mais de 90% das suas construções, fazendo centenas de milhares de mortos. Tínhamos sido avisados pelo David que o terramoto iria acontecer no dia seguinte, mas o António recusara sair de Lisboa. Resolvemos ir para uma área alta no meio da Natureza com os familiares que acreditaram em nós. Foi algo profundamente desesperante, saber do terramoto que estava para acontecer e não poder fazer nada, nem

mesmo avisar as pessoas, pois quem iria acreditar num aviso que não era fundamentado numa prática científica?

Após o terramoto, o António arregaçou as mangas e foi, com o seu governo, para o meio das pessoas. Apesar de ter sido montada, pelo exército, uma enorme tenda que seria a sede provisório do Governo, este apenas se reunia nessa tenda da parte da tarde, ficando as manhãs para o serviço directo a quem necessitava, nos vários hospitais de campanha que foram montados ou no meio dos escombros, na busca de sobreviventes. O exemplo dado pelo António e por todos os seus ministros foi profundamente mobilizador. Foi muito gratificante ver as pessoas colocarem de parte as desavenças bairristas, vindo voluntários de todos os lugares do país. Estávamos unidos e a âncora dessa união era o António que, como líder, tinha o poder de mobilizar, de inspirar, de tocar no melhor de cada um e fazer emergir em todos esse sentido de serviço e unidade. O melhor daquele povo tinha vindo ao de cima e todos se juntaram na reconstrução da cidade e na ajuda a quem tudo perdera.

O terramoto, que poderia ter vindo como um golpe para a economia do país, acabou por não o ser, pois a solidez conquistada com as reformas realizadas permitiu ao país aguentar o embate e sair ainda mais fortalecido e unido após a catástrofe.

Nos Conselhos de Ministros realizados na tenda de campanha, decidiu-se que a capital deveria ser deslocada para uma zona mais segura, agora que era necessário reconstruir todos os edifícios e, por sugestão do António, que acabou por ser consensual na sociedade portuguesa, o local escolhido, por ser o concelho onde se encontrava o centro geodésico do país,

foi Vila de Rei.

Em apenas um ano, a nova sede do Governo e Assembleia da República foi construída no centro geográfico do país. Um projecto que viria a receber vários prémios internacionais, usando-se materiais leves que não agrediam a paisagem, em construções auto-sustentáveis energeticamente e onde tudo era reciclado e reaproveitado, num estilo arquitectónico moderno e harmonioso. Quem passasse por perto e nada soubesse, nunca diria que naquele complexo estava o centro da governação nacional. Ainda me lembro do dia em que, após a inauguração das instalações, eu e o António nos deslocámos ao marco geodésico que ficava na serra da Melriça, e ali, parados diante da placa que estava no marco, pudemos ler, na parte final do texto, a seguinte frase: *Assim se honram VII séculos de história municipal e se pretende lançar neste solo fecundo as sementes de esperança num futuro mais radioso para todos*. E não podia ser mais apropriado que em terras outrora da Rainha Santa Isabel estivesse a sede do Governo do país que iria mudar o mundo.

Depois do terramoto, o governo resolveu apoiar de forma directa o projecto do David, que era para mim como um irmão e para o António como o seu mentor espiritual com quem ele se aconselhava muitas vezes, embora o David nunca lhe desse respostas directas, deixando apenas sementes para reflexão. Esse projecto tinha como objectivo criar núcleos rurais, pequenas aldeias que, ligadas em rede, conseguissem viver sem dinheiro. E foi para esses núcleos que muitos dos desalojados do terramoto acabaram por ser reconduzidos, onde era oferecida habitação gratuita e um modo de vida alternativo, fazendo com que essas células crescessem, ao ponto de Portugal ter cerca de 500 mil habitantes a viver sem dinheiro quando o co-

lapso financeiro mundial levou o mundo inteiro à banca rota. Esse colapso iria acontecer já no quarto mandato do António.

O terceiro mandato foi de reconstrução, de consolidação e de união de todos os portugueses em torno da visão que o António e o seu governo apresentaram ao país. Foi também o período em que o modelo de uma sociedade sem dinheiro, implementado pelo David, começou a ganhar expressão nacional com centenas de núcleos rurais ligados em rede, onde tudo era partilhado, suprimindo-se as necessidades de todos. Foi também no terceiro mandato que se alcançou a união política dos países de língua portuguesa.

A riqueza e o dinamismo das três principais economias — Portugal, Brasil e Angola — e, em particular, as novas políticas adoptadas tendo como base tudo aquilo que o António realizou em Portugal, ajudaram no crescimento e no bem-estar das populações desses países e na consolidação desse novo projecto. Mas foi no final do seu quarto mandato que a grande prova chegou para toda a Humanidade, quando se deu a crise mundial definitiva, com o colapso total do sistema financeiro que levou o mundo à banca rota. Foi o caos generalizado pelo mundo, com os exércitos nas ruas para controlar as populações enfurecidas e as pilhagens que dizimaram todas as grandes cidades. O dinheiro tinha acabado. Mas no meio daquele caos, havia um farol que se manteve aceso, e esse farol era Portugal, a União Lusófona e a Maria, a minha filha. Quando a crise chegou e os bancos fecharam, o António olhou o país nos olhos fazendo um pacto com todos os portugueses.

— *O modelo civilizacional conhecido terminou. A humanidade tem que aprender novas formas de viver, tem que re-*

formular as bases sobre as quais fundeou a sua existência. Chegou o momento histórico de o planeta deixar o culto do Ter, que levou o mundo à banca rota, para finalmente poder expressar o Ser, onde o Homem e o Planeta, com toda a sua diversidade, voltam a estar no centro e não mais os mercados e o dinheiro. Quero aqui fazer um pacto com todos os Portugueses. Que todos, pelo bem desta nação, continuem a trabalhar, que não abandonem os vossos empregos, mesmo não havendo mais um salário no fim do mês, e eu comprometo-me com todos, que os produtos essenciais continuarão disponíveis nos supermercados de forma gratuita. As reformas dos últimos anos permitem-nos a auto-suficiência necessária para que possamos viver com aquilo que produzimos, mas temos que continuar a produzir, não podemos parar. O dinheiro, na verdade, é irrelevante. Foi uma grande miragem que nos iludiu a todos, pois este para nada serve. Se todos pensarmos que os recursos continuam na terra, que a mão-de-obra, a inteligência e as competências de todos nós continuam disponíveis, que as fábricas e as redes de distribuição continuam activas, que a tecnologia está inventada, facilmente perceberemos que não necessitamos de dinheiro para viver. Foi uma longa caminhada desde que assumi a responsabilidade de fazer uma verdadeira revolução neste país ao aceitar candidatar-me a Primeiro-ministro há 16 anos. Digo-vos que foi profundamente gratificante ter visto como o povo português aderiu a essa revolução, sempre de forma pacífica e profundamente responsável. Juntos mudámos o país e o mundo, pois o modelo que aqui implementámos acabou por ser replicado por muitos, principalmente nos países de língua portuguesa e hoje é aquele que poderá ajudar todos os outros países, que mergulharam no caos, a encontrar um rumo de volta à paz. Enfrentamos todas as dificuldades, como as do terramoto, juntos e com elas nos unimos ainda mais, mostrando a força deste país. Chegou, pois, a hora de, uma vez mais, darmos as mãos e de cabeça levantada,

como um farol para o mundo, mostrarmos o caminho que todos têm que seguir. Quero terminar agradecendo-vos, pois tudo o que conseguimos realizar só foi possível porque houve um povo inteiro que respondeu de forma positiva e tomou nas suas mãos essa revolução e a responsabilidade de ser português, pois sempre coube a este país, como muitos dos poetas e filósofos do passado sempre anunciaram, de levar ao Mundo novos Mundos e novas formas de ser Mundo.

Depois do discurso, os restantes elementos do governo anunciaram as medidas que tinham sido tomadas. Tinha sido decidido criar um cartão para todos os trabalhadores. Esse cartão seria disponibilizado a todos aqueles que continuassem a trabalhar, fosse por conta de outrem ou por conta própria, permitindo que estes pudessem ir aos supermercados buscar todos os produtos de que necessitavam como já o faziam anteriormente, bastando apresentar esse cartão. Nos primeiros meses impôs-se o racionamento dos produtos, pois muitas pessoas, movidas pelo medo, poderiam acorrer aos supermercados para levar muito mais do aquilo de que necessitavam, mas com o tempo esse racionamento foi levantado, já que todos perceberam que os produtos não iam faltar e que sua distribuição seguia o mesmo ritmo de sempre. O cartão permitia, de igual forma, o acesso aos transportes, à saúde e à cultura de forma livre. Decidiu-se, também, nacionalizar todas as empresas estratégicas do país para garantir que nada falhava. Estipulou-se, ainda, que as casas que as pessoas tinham hipotecado aos bancos, por ainda não terem concluído o pagamento dos empréstimos, reverteriam automaticamente para estas sem a necessidade de qualquer medida ou ajustamento adicional. Os poucos desempregados que existiam seriam reintegrados nas empresas, pois sem os custos com salários ou impostos, não havia razão alguma para que alguém ficasse sem trabalho.

Com o amadurecimento destas medidas, foi criado o

banco das horas de trabalho extra que eram acumuladas nesse mesmo cartão, e que permitiam que todos pudessem adquirir produtos que não fossem de primeira necessidade e que tinham o valor correspondente a horas de trabalho. A hora de trabalho passou a ser igual para todos, tendo o mesmo valor. As horas extra da empregada doméstica ou do varredor de rua valiam exactamente o mesmo que as horas extra do político, do empresário, do magistrado ou de qualquer outro trabalhador. E embora muitas dessas classes tivessem protestado argumentando que tiveram um esforço maior em anos de estudo e de aperfeiçoamento da carreira, para o Governo, qualquer trabalho tinha o mesmo valor, pois deveria ser visto como um serviço que se prestava à comunidade sendo o investimento que se fez resultado da vocação de cada um e, por isso mesmo, algo que não deveria ser valorizado por si mesmo, já que a vocação do juiz não era certamente mais importante que a vocação do padeiro, pois se sem o primeiro não se faziam cumprir as leis, sem o segundo não teríamos pão para comer. Acabou-se assim com as classes sociais, e a sociedade caminhou a passos largos para um sistema verdadeiramente livre. Com o passar do tempo, a escravidão do dinheiro, que mantinha as pessoas infelizes e incapazes de viver plenamente, desaparecera e a felicidade e o bem-estar passaram a estar espelhados no rosto de todos, pois não tinham mais que sobreviver para pagar contas, podendo simplesmente desfrutar a vida em toda a sua plenitude. E os exemplos claros dessas mudanças foram os da criminalidade, que praticamente desapareceu, e os da saúde que atingiu níveis nunca antes alcançados. As pessoas passaram, com o tempo, a trabalhar menos, abdicando de muitos dos produtos que poderiam conseguir com horas extra e a dedicar mais tempo à família e à comunidade. Com o passar dos anos, outras medidas foram sendo implementadas, como o direito à habitação. A todos aqueles que alcançavam a maioridade era oferecido um T0. A quem constituísse família era concedido um T1 num lugar à sua escolha. Com o nascimen-

to do primeiro filho, ou a adopção de uma criança, poderiam aceder a um T2 e a partir do terceiro filho a um T3. Estes direitos eram aqueles definidos pela lei e de acesso universal, no entanto, através da acção dos Conselhos Locais, seria possível o acesso a casas maiores para quem disso tivesse necessidade, independentemente do número de filhos, desde que justificasse essa mesma necessidade. E nunca a construção civil tinha produzido tanto, agora sem o negócio do dinheiro por detrás. Essas casas não eram propriedade de quem as recebia, mas ficavam ao cargo das mesmas pelo período que necessitassem. O próprio conceito de propriedade privada foi-se diluindo com o tempo, pois num mundo sem dinheiro deixara de fazer sentido. As pessoas eram responsáveis pela propriedade que geriam em função das suas necessidades e das necessidades da comunidade enquanto esta estivesse ao seu cargo, numa espécie de acordo vitalício com o Estado. Quando morressem, essa propriedade revertia para o banco das propriedades livres podendo ser requisitada por quem dela necessitasse.

Com o passar dos anos, o mundo inteiro começou a sair do caos, ao replicar o modelo que tínhamos concebido. E, embora a transição nesses outros países, em particular naqueles que em tempos foram os mais ricos, tivesse sido muito dolorosa, em alguns deles com grandes custos sociais, aos poucos começaram a acertar o passo com os novos tempos e a Nova Terra que despertava, trazendo a paz para os seus povos.

Quando o quarto mandato terminou, o António não voltou a recandidatar-se, apesar dos apelos de todo um povo para que assim o fizesse. Ele sabia que tinha cumprido aquilo para que estava destinado e que, agora, poderia recolher-se ao seu espaço privado de onde fora forçado a sair pela vontade da própria Vida. Muitos ainda insistiram para que se candidatasse à Presidência da República ou da própria Federação Lusófona, mas ele recusou. Era a altura de outros se chegarem à

frente e assumirem as suas responsabilidades. Um pouco como Nuno Álvares Pereira que, após todas as batalhas vencidas, se recolheu ao claustro do mosteiro, também o António despiu os trajes de guerreiro, para vestir os de monge. E assim foi, pois quando se afastou da política passou a ter uma vida eremítica na comunidade do David, em ligação profunda com a Maria, minha filha, que sempre o inspirou. Apesar do seu afastamento, ele tornou-se o líder carismático do Novo Mundo, aquele que era respeitado por todos, pela sua coragem, pela sua firmeza e humanidade. O líder que levou o planeta à paz depois do colapso e que unira todos os povos em torno de um Novo Paradigma.

Nos anos seguintes vários países começaram a juntar-se em federações, criando-se vários núcleos pelo mundo. Hoje, ainda não avançamos para um governo mundial, mas inevitavelmente acabaremos por chegar a esse modelo no futuro. A nova Confederação Mundial, que substituiu as Nações Unidas após o Grande Colapso, juntava todas as federações e preparava-se para se transformar no núcleo do futuro Governo Mundial cujo modelo não seria centralizado num poder planetário absoluto, mas num núcleo central de gestão dos vários poderes federais e locais. Na verdade, naquele novo modelo, o poder estava centrado nas pessoas através das comunidades, sendo a função do poder central o de gerir os vários interesses em função do bem comum e não de legislar ou impor políticas uniformes às pessoas.

Com a morte do António, já ele se tinha reformado há muitos anos de todos os cargos públicos, os líderes do mundo inteiro confluíram para o centro de Portugal. Os povos da Terra assistiram pela televisão às cerimónias fúnebres em profunda comoção por verem partir o homem que iria ser lembrado para sempre como aquele que mudou o mundo e fez deste planeta um lugar melhor para se viver. O meu discurso

durante a cerimónia foi simples, lembrando a todos que ele era um ser humano como qualquer outro, com as suas fragilidades e inseguranças, mas que soube sonhar e acreditar nesse sonho. Tudo o que ele fez só foi possível porque no centro de todas as suas políticas, desde os primeiros tempos em que se tornara presidente de uma câmara, estava o bem-estar das pessoas, a sua felicidade e o respeito pelo planeta e toda a vida contida neste. Esse sempre fora o motor que lhe dava a força para continuar quando fraquejava, e foram muitas as vezes em que ele fraquejou. Quando isso acontecia, lá estava eu, sempre presente para lhe dar todo o apoio de que necessitava, encorajando-o a seguir em frente. Foi um privilégio ter estado ao seu lado, ter testemunhado, na primeira pessoa, a presença de uma Alma que tinha um resgate cármico a fazer com o país pois, embora ele nunca o tivesse sabido, tinha sido, numa outra vida, aquele que nos fizera perder a independência para os Espanhóis e cujo regresso desde sempre foi aguardado por todos os portugueses para que Portugal se cumprisse, cumprindo-se o mundo. E assim foi!

E com estas memórias deixei-me levar pela brisa morna do fim da tarde, olhando o lago que pintara na tela branca e depois aquele que servira de inspiração e que lá em baixo permanecia sereno como um espelho. Aquele mesmo lago que continha no seu âmago, pois fora o berço da sua criação, a Alma de Portugal que sempre inspirou este povo na consecução de todos os seus desígnios — seja pela voz dos seus poetas ou pela acção dos seus líderes —, e nenhum desses desígnios ficou por cumprir, tal a sua força e Presença que nunca nos abandonou, mesmo nos momentos mais difíceis.

ACTO II

A REVOLUÇÃO SOCIAL

Na manhã seguinte acordei cedo, como sempre fazia. O corpo necessitava de poucas horas de sono para restabelecer as suas funções e os níveis de energia necessários ao correcto funcionamento. Vesti o roupão e fui até à varanda, contemplando o lago. Uma brisa suave murmurava-me palavras que não conseguia ouvir, anunciando a chegada do João, que eu sabia estar cada vez mais próximo. Em breve iríamos estar juntos. O meu cabelo dançava com as carícias deixadas pela brisa que massajava o rosto, dando voz às memórias do passado que despertavam para, logo depois, serem esquecidas. E era como se o João tivesse acabado de montar a sua tenda junto do lago. Um sorriso fez-se presente com a memória desse momento, em que o vi pela primeira vez, lá em baixo, de olhos no Sol que eu também contemplava. No dia seguinte, desci ao seu encontro e, sentados junto do lago, conversámos sobre o livro que ele estava a ler, o Evangelho segundo Maria Madalena. Foi ali que tudo começou e onde tudo iria acabar sete meses depois, quando ele desencarnou, estava eu grávida da Maria.

Voltei a entrar em casa, vestindo-me. Desloquei-me depois até ao pomar para colher alguns frutos. As pessoas da aldeia já estavam a trabalhar a terra, produzindo aquilo que depois era partilhado com todas as aldeias vizinhas. E, por ser sábado, as crianças e os jovens tinham vindo ajudar os pais, ora trabalhando, ora brincando, todos nascidos depois do Grande Colapso que levara o mundo à bancarrota e que fora o início de um Novo Mundo onde o dinheiro deixara de existir. Crianças e jovens, esses, que não conseguiam compreender o velho sistema que lhes era totalmente estranho, pois a existência de dinheiro era algo de tal forma absurdo para elas que olhavam para esses que fomos no passado como nós olhávamos, nesses tempos, para o homem das cavernas. Tendo nascido em sociedades onde tudo era partilhado, a noção de uma moeda que se usava para trocar por produtos e serviços era incompreensível.

— *Não consigo compreender!* — Dizia-me um jovem.
— *Vocês tinham um pedaço de papel que trocavam pelos produtos de que necessitavam, era isso? Mas porque não iam simplesmente buscar esses produtos?*

— *Porque os produtos tinham um valor monetário, resultado dos custos da sua produção e da mais-valia que aquele que era o dono dos meios de produção decidia reter para si.*

— *Mas porque é que a produção tinha custos? A terra não coloca valor nos recursos que nos dá, o Sol não coloca valor na sua luz, o ribeiro não coloca valor na sua água. Eu não coloco valor no meu trabalho.*

— *Mas naquele tempo o trabalho era remunerado. As pessoas precisavam de dinheiro para depois comprarem os produtos.*

Ele riu como quem ouvia uma anedota engraçada.

— *Que modelo mais estranho, esse! Então os núcleos de produção produziam produtos para obterem dinheiro para depois pagarem aos empregados para que estes pudessem comprar esses mesmos produtos, é isso? Será que ninguém percebeu que se os produtos não tivessem valor, se fossem simplesmente partilhados por todos, que eles não tinham que receber dinheiro nenhum e podiam aceder, livremente, a tudo o que necessitavam?*

— *Era mais complexo que isso — tentei explicar. — O dinheiro não existia apenas para trocar pelos produtos e serviços, mas como um instrumento de poder para subjugar as pessoas e os países, retirando-lhes a liberdade. Era a forma mais subtil de escravidão e a mais terrível de todas elas, pois os escravos não tinham sequer consciência da sua própria condição. Mas felizmente que esses tempos terminaram e hoje a Humanidade alcançou, finalmente, a liberdade.*

Um dos responsáveis por essa mudança fora o David. Conheci-o na primeira e única exposição que realizei com os meus quadros. Sempre recusara expô-los publicamente, mas a insistência do João para que partilhasse a minha arte levou-me, três anos depois de ele ter partido, a realizar essa exposição. Ainda me recordo, de forma bastante vívida, do momento em que o David entrou na galeria. A sua presença despertou de imediato a minha atenção. Havia algo de familiar no brilho da sua expressão, na postura segura que prevalecia sobre todos os convidados. A Maria foi a primeira a aproximar-se, sorrindo para ele. O David, retribuindo o sorriso, agachou-se diante dela, dizendo-lhe algo que não consegui ouvir do lugar

onde estava. Vi depois a Maria abraçá-lo como nunca antes tinha feito com um estranho. E foi assim que tudo começou. Só mais tarde fiquei a saber que ele não tinha ido ali por acaso, que sabia tudo de mim e que aquele nosso encontro tinha como função colocar-me de volta nos trilhos do meu destino, de modo a soltar a dor de quem julgava, na altura, ter perdido o amor da sua vida. A Presença dele fora essencial, de tal forma que logo depois regresssei à casa da serra para fazer as pazes com o meu passado.

Mais tarde, acabei por ser conduzida a uma comunidade nas margens do Lago, e só quando lá cheguei é que fiquei a saber que esta tinha sido fundada pelo David. Uma comunidade cuja criação começara com um chamamento, como ele mesmo me contara. Tinha sido levado às margens do Lago onde lhe fora revelado quem ele era e a tarefa que tinha que realizar. Naquela altura, o que lhe fora pedido, no entanto, era apenas que meditasse, nada mais. E assim foi. Com regularidade, ia para o lugar onde mais tarde nasceria a comunidade e ali acampava, aprofundando o contacto com a sua própria Alma. Internamente era instruído, sendo-lhe dito que o primeiro passo deveria ser a fundação do *monastério*, ali mesmo naquele lugar, pois esse seria o coração da comunidade a partir do qual tudo o resto aconteceria, de forma natural, sem esforço. Outros seres acabaram por se juntar a ele e começaram a reunir-se naquelas terras, em meditação, penetrando o silêncio profundo do Lago. Esse Lago que reflectia para todos a energia das suas Almas e, por isso, estar nas suas margens era estabelecer um contacto directo com os Planos Internos e com o Silêncio por detrás do silêncio a que o David chamava PAX.

Esse era o som, a nota mais interna que aquele Lago sempre irradiou e que iria ser levado ao mundo como uma fragrância da Nova Terra, um aroma que iria despertar milhões de pessoas, permitindo que estas contactassem pela primeira vez com as suas Almas. À medida que o David foi aprofundando o estado meditativo e se foi entregando de forma mais plena ao processo, o universo começou a responder e tudo fluiu de forma natural. O proprietário das terras, que tinha permitido que ele as usasse para acampar, acabou por cedê-las em regime de comodato por cem anos; novas pessoas chegaram e com elas trouxeram recursos que lhes permitiram construir o templo e os alojamentos externos para os monges, muitos deles sem vínculos ideológicos ou filosóficos, e outros de ordens monásticas orientais cuja prática da meditação era algo nuclear. À medida que esse estado monástico era aprofundado e a entrega à tarefa era afirmada diariamente por todos, a comunidade começou a ser tecida nos Planos Internos e as redes de contacto interior entre os seres foram activadas, fazendo com que chegassem as pessoas que tinham correspondência com aquele trabalho e que poderiam ajudar. E assim foi. Depois do *monastério* estar firmado e os ritmos estabelecidos, avançou-se para a fase seguinte que foi a da implementação dos núcleos familiares. E as primeiras famílias chegaram, as casas foram construídas e a comunidade cresceu, tornando-se auto-suficiente. O *monastério* ficou sempre como o coração da comunidade, o núcleo de ligação entre o Céu e a Terra.

A comunidade foi dividida em vários sectores o que lhes permitiu uma melhor organização das diferentes áreas necessárias para manter a auto-suficiência e o equilíbrio na forma

como viviam. Esses sectores eram os da agricultura, que lhes dava todos os alimentos necessários; o sector da manufactura, onde as matérias-primas eram convertidas em outros produtos, como as roupas que vestiam e os tecidos que usavam; o da energia, que garantia a auto-suficiência total da comunidade; o sector criativo, onde se experimentavam novas formas de fazer as coisas, inovando-se e simplificando-se todos os procedimentos, assim como levando a arte e a beleza a cada espaço da comunidade e fora desta; o sector da cura e da harmonia, onde novos medicamentos eram criados a partir de métodos naturais e aplicados em total sintonia com os ritmos do corpo e o sector da educação, que reformulou por completo a forma como se ensinavam as crianças e que viria a inspirar o António nas reformas que este iria realizar, mais tarde, no país. Na comunidade, assim como nesse novo modelo educacional que o governo do António acabou por implementar, estimulava-se o lado criativo e emocional das crianças e não tanto o lado mental. Ali, elas eram preparadas para se tornarem seres conscientes do mundo que as cercava, aprendendo enquanto brincavam e experimentavam, sem esforço, e com isso estimulando cada uma a manifestar o que de melhor existia dentro de si. Não tinham um modelo formatado que se impunha a todos, mas um modelo dinâmico que se adaptava às características de cada criança, dando espaço para que elas fossem de acordo com o seu sentir e com as suas faculdades inatas. Ali as crianças não eram ensinadas a ler, nem a fazer contas, nem nada lhes era imposto de fora, mas pelo acto de brincar com as palavras e com a vida, o “saber ler” e tudo o resto surgia de forma espontânea no tempo certo de cada uma e no seu próprio ritmo pessoal. Criaram também a noção, que passou

a ser vivida uma vez por semana de forma prática, de que as crianças eram filhos da comunidade e não de seus pais. Que todos eram seus pais e suas mães, e assim, nesse dia, elas trocavam de casa e passavam a viver com outra família, ficando aos cuidados desta.

Tendo como base o projecto que o David criou naquela comunidade, foi possível manifestar outros núcleos como aquele, mas as novas comunidades criadas acabaram por não dar certo, algo que deixou o David bastante reflexivo sobre as razões desse insucesso. Percebeu na altura que nenhuma comunidade poderia nascer de fora para dentro, como um modelo que se apresenta e a que as pessoas aderem por se identificarem, pois o que acontecia, em muitos casos, é que essas pessoas usavam aquele modelo para fugir do mundo e dos seus problemas e com isso traziam esse mundo e esses mesmos problemas para dentro da própria comunidade. Não havia, na maioria delas, a maturidade necessária para viver em partilha plena, pois ainda estavam muito centradas em si mesmas e nos seus contextos pessoais.

Naqueles tempos já existiam outras comunidades no país, algumas delas fundadas muito antes da comunidade do David e, também estas, tal como a do David, se mantiveram coesas, pois havia um ponto de união, um Som próprio e único, fosse este um ideal ou um estilo de vida, que estava bastante claro e enraizado em todos os seus membros, algo que não existia nas comunidades que foram inspiradas no modelo que o David tinha criado, pois eram meras réplicas desse modelo. Acabaram, todas elas, por se desmantelar uma a uma,

no agudizar dos conflitos entre os seus membros. Foi nessa altura que ele me disse ter estado com o João durante o período de sono, e que ele lhe tinha falado de um novo modelo; que não deveria estimular a criação de comunidades, mas de pequenos núcleos rurais ligados em rede, onde as famílias partilhassem tudo aquilo que produziam. Foi profundamente gratificante para mim saber que o João continuava presente e que nos acompanhava, ajudando-nos no cumprimento das nossas tarefas. Com base neste novo modelo, o David decidiu criar uma Fundação cujo património eram os direitos de autor dos seus livros, e a partir da Fundação desenvolveu o primeiro protótipo daquilo a que ele chamou Aldeias Anuea.

As Aldeias Anuea eram formadas por doze aldeias periféricas e uma aldeia central. Tinham sido construídas, numa mesma região, a partir de aldeias abandonadas cujas casas foram compradas pela Fundação e depois recuperadas. Inicialmente, cada aldeia era composta por cinco casas familiares e um núcleo comunitário que também tinha alojamento. Eram casas confortáveis e acolhedoras, pois para o David a noção de criar uma rede de aldeias onde as pessoas viviam sem dinheiro não significava ter que voltar aos tempos dos nossos avós, pois tudo isso poderia ser feito com o conforto e a tecnologia dos tempos modernos. As aldeias eram auto-suficientes em termos energéticos, e a deslocação entre elas era feita com veículos eléctricos que as empresas de automóveis, que se tinham instalado em Portugal, ofereceram ao projecto que, nessa altura, ainda era um protótipo em fase experimental. A aldeia central, por sua vez, era a aldeia dos serviços, onde estavam as escolas dos anos mais avançados — já que o ensino até aos nove anos

era realizado em cada uma das aldeias em regime de ensino domiciliário —, o Centro de Saúde que tinha como base a medicina natural, os núcleos transformadores, que usavam o trigo e a soja para criar produtos derivados, como o *seitan* e o *tofu*, e a lã e o linho para produzir a roupa. No centro dessa aldeia, estava o Armazém Central que recebia toda a produção das aldeias periféricas que depois era distribuída por todos, de forma gratuita. Esta era a única aldeia construída de raiz, mais ou menos equidistante de todas as outras, com casas modulares que se montavam como peças de lego, de materiais leves e harmoniosos com o ambiente.

O sistema funcionava de modo muito simples: cada aldeia especializava-se num tipo de produto. Enquanto uma se dedicava aos produtos hortícolas, outra dedicava-se aos cereais, outra aos frutos, outra ainda à pastorícia de onde se obtinha o leite e a lã e assim por diante, fazendo com que cada uma das aldeias tivesse para oferecer algo que as outras não tinham. Este sistema funcionava de forma rotativa, naquilo que era possível rodar, e a cada ano mudava-se o tipo de cultura para se evitar o esgotamento dos solos, embora alguns produtos fossem característicos de determinadas aldeias por estas terem as melhores condições para os produzir. Uma das regras, que ficou clara para todos desde o princípio, é que não seria permitida a troca directa. Ou seja, um agricultor não poderia trocar os seus produtos directamente com outro, nem uma aldeia trocar com a aldeia vizinha, pois isso rapidamente criaria desequilíbrios, já que se alguém não tivesse produzido num determinado período, por contrariedades várias, ficaria privado de obter os produtos de que necessitava por não ter

nada para trocar, e aqueles que mais produzissem teriam um maior poder sobre os outros. Assim, estipulou-se que toda a produção das aldeias seria canalizada para a aldeia central e colocada no armazém à disposição de todos. Dessa forma, se uma aldeia, ou alguém dessa aldeia, nada tivesse produzido, continuaria a poder ir ao armazém buscar tudo aquilo de que necessitava. O regime alimentar instituído era vegetariano, pois tinha-se por princípio que nenhum animal deveria ser sacrificado para a alimentação humana.

Quando o projecto foi lançado, ainda como um protótipo, abriram-se as candidaturas para as famílias que desejassem integrar neste. Dava-se prioridade a famílias jovens, ainda sem filhos, ou com crianças em idade não escolar, de forma a não se criar nenhum tipo de ruptura nos hábitos dessas crianças ao deixarem um determinado tipo de ensino e modo de vida, para passarem para outro. Pretendia-se, com isso, que essas crianças comesçassem desde muito cedo a viver dentro do novo modelo, sem conhecerem o outro, permitindo uma maior adaptação e identificação com este, à medida que fossem crescendo. Buscava-se, também, perceber durante as entrevistas se os candidatos estavam em Paz com o mundo, com a Vida, se não estavam a usar aquela oportunidade para fugirem dos seus contextos sociais, pois se assim fosse iriam levar esses mesmos contextos para dentro do projecto, contaminando-o. Era importante que as primeiras famílias fossem formadas por pessoas verdadeiramente livres e plenas desse Silêncio de que o David tantas vezes falava. Naturalmente que isso não seria uma regra quando esses núcleos saíssem da sua fase experimental e comesçassem a ser replicados pelo país, mas era importante, até como referência e exemplo, que este pri-

meiro projecto fosse formado por pessoas já em sintonia profunda com as suas Almas.

As casas eram oferecidas gratuitamente a essas famílias que se comprometiam a viver sem dinheiro e a assumir as tarefas atribuídas a cada aldeia, naquilo que lhes competia produzir. Em pouco tempo todas as vagas foram preenchidas e o projecto entrou na fase experimental onde muitas arestas foram sendo limadas até se encontrar a fórmula certa, que depois poderia ser replicada pelo país.

Desde o dia em que o projecto foi lançado, que ficou claro para o David que este não deveria ser um projecto fechado sobre si mesmo, mas aberto a toda a comunidade. Assim, na sua segunda fase, as pessoas das outras aldeias e vilas na região começaram a interagir com este. O armazém central estava aberto à população local, que poderia ir buscar os produtos produzidos nas Aldeias Anuea em troca de outros que as aldeias não produziam, estabelecendo-se laços de partilha e comunhão com a própria comunidade local. O Centro de Saúde, na aldeia central, que usava predominantemente a medicina natural, embora muitos dos médicos que ali serviam, e que eram parte integrante do projecto, fossem formados, também, na medicina convencional, recebiam muitas pessoas das aldeias, atendendo-as. O atendimento não era gratuito, ficando a pessoa com o compromisso de passar no armazém e entregar um produto, dentro dos vários que não eram produzidos nas aldeias, como forma de pagamento.

A terceira fase do projecto implicava a replicação daquele modelo no concelho onde as aldeias se encontravam.

Desta vez, buscava-se atrair as pessoas que quisessem viver de forma diferente e alternativa, independentemente da qualidade do seu Silêncio Interior, pois o núcleo inicial estaria ali como diapasão para ajudar e conduzir cada um de volta a si mesmo, no reencontro com a sua própria essência. Avançava-se, assim, para uma experiência onde as variáveis eram mais difíceis de controlar e, por isso, os conflitos e atritos mais fáceis de ocorrer. Com a terceira fase, envolveu-se o município. Era importante que o projecto fosse adoptado por todo um concelho a nível institucional, e não apenas por um grupo isolado. E isso mesmo disse o David ao presidente de câmara numa reunião em que eu estive presente:

— *Este concelho é um dos mais envelhecidos do país. Se nada for feito, em poucos anos deixará de ter habitantes. É por isso necessário atrair pessoas jovens e famílias que possam começar a povoar as aldeias, tendo como base um novo paradigma em que o dinheiro não é importante. Paradigma, esse, que poderá ser adoptado por vós como uma bandeira de desenvolvimento e mudança, atraindo pessoas para um estilo de vida alternativo e, assim, fazendo do próprio concelho um exemplo para o país e para o mundo. Já imaginou as aldeias deste concelho cheias de pessoas, repletas de crianças e de vida, e o país e o mundo de olhos postos em vós?*

O presidente abraçou de imediato aquele projecto e as aldeias Anuea avançavam para a sua terceira fase, sendo que o núcleo central desta nova fase passou a ficar na própria sede do concelho em edificios cedidos pela câmara. O modelo saía assim da sua fase laboratorial, onde a maioria das variáveis eram controladas, para uma fase de implementação mais alar-

gada no território, com o envolvimento de todos, população e entidades governativas.

Em pouco tempo, as Aldeias Anuea passaram a ser um exemplo de sucesso e estudo para muitas pessoas do país e do mundo inteiro que as visitavam e se integravam com os ritmos de cada aldeia, participando no projecto, enquanto o estudavam. O David conseguira colocar cerca de cinco mil pessoas a viver sem dinheiro, envolvendo todo um concelho que abraçou aquele projecto como seu, mostrando, de forma clara, que o modelo funcionava e que podia ser replicado por todo o país.

Com o sucesso do projecto, a Fundação passou a ter apoios do Estado, pois era claro para o António, que tinha o David como seu mentor, que aquele era o modelo do futuro e que seria necessário investir neste, de forma a preparar o país para o momento do Grande Colapso mundial que o António sabia que, mais tarde ou mais cedo, iria acontecer. Mas foi com o terramoto de Lisboa que esse investimento passou a ser feito com verbas mais elevadas e a replicação daquele modelo passou a acontecer de forma mais generalizada. A muitas das famílias desalojadas fora oferecida a possibilidade de integrar o projecto, de ter uma casa gratuita e de viver sem dinheiro, e muitas aceitaram. Aquela célula inicial, de doze aldeias mais uma, que funcionou como um protótipo de uma Nova Terra, e depois todas as outras que se juntaram na terceira fase, passou a ser replicado em muitos outros núcleos pelo país e quando o Grande Colapso chegou já eram cerca de quinhentas mil pessoas a viver dentro daquele modelo.

A própria comunidade do David acabou por funcionar, durante esse processo, como um centro de formação onde os novos habitantes das aldeias permaneciam por algum tempo para estudarem o projecto antes de o integrarem. Era, também, o nosso refúgio durante todo o período em que o António assumiu a liderança do país. Sempre que podíamos, passávamos ali os nossos fins-de-semana e eu aproveitava para estar com a Maria, a minha filha, que por decisão minha ficou a morar na comunidade aos cuidados da Isabel, que passou a ser como uma mãe para ela, e do David, com quem a Maria tinha longas conversas, ainda criança.

Para além do projecto das Aldeias, o David viajava com frequência pelo país, onde falava de um novo modelo civilizacional, inspirando muitas pessoas. Certa vez fora convidado, junto com outros oradores, para uma conferência que tinha como tema “Um Novo Mundo”. Ainda me recordo, de forma especial, do momento em que ele subiu ao palco e olhou todos os presentes. Durante cerca de três minutos nada disse, ficando olhos nos olhos com cada pessoa, de sorriso no rosto que nos contagiou e um olhar que nos tocou a Alma.

— *Para muitos o silêncio é algo difícil de suportar. Ele desnuda-nos e coloca-nos em contacto com o nosso verdadeiro rosto, muito para além de todas as máscaras que construímos. Mas sem o contacto com esse Silêncio, com a Voz da nossa própria Alma, nada de novo poderemos manifestar no mundo, por mais que seja a nossa vontade e a nossa disponibilidade para o fazer. Durante o dia de hoje ouvi com atenção todos os intervenientes. Pude observar como em alguns existe ainda muito ódio e revolta em relação ao sistema actual, e com esse ódio e com essa revolta*

não poderemos certamente construir um Novo Mundo, pois acabaremos por fazer o mesmo que se fez na Revolução Francesa, ou seja, cortar as cabeças do velho paradigma contrariando todos os ideais que nos impulsionaram a fazer essa mesma revolução. E a verdade é que, até hoje, nenhum dos três pilares dessa revolução — Igualdade, Fraternidade e Liberdade — foi verdadeiramente implementado no mundo. Outros, no entanto, já perceberam que o processo em curso não é estar contra o que quer que seja, pois o velho irá desmoronar-se por si mesmo sem que tenhamos a necessidade de pegar nas nossas picaretas para que isso aconteça, e já concentram toda a sua energia e vontade na criação de formas alternativas de Vida. Mas digo-vos, a todos, se essa vontade não estiver ancorada nesse Silêncio, estaremos apenas a perpetuar o velho sistema, com novas cores, é certo, mas o velho sistema — ele silenciou novamente, olhando as pessoas presentes, uma a uma. — É como se este sistema antigo fosse uma caixa cinzenta, envelhecida, desgastada, e nós estivéssemos a construir uma caixa nova cheia de cores, brilhante, mas, apesar de tudo, mais uma caixa como a outra onde se colocam coisas e depois se fecha com uma tampa. O novo tem que ser construído fora de qualquer caixa, fora de qualquer ideia que se impõe pela vontade da nossa mente em querer fazer diferente, pois essa mente foi condicionada e educada a pensar dentro do velho sistema e, mesmo que julgemos que as nossas ideias são diferentes e inovadoras, com elas traremos sempre esses condicionamentos, mesmo que inconscientes, que mais tarde ou mais cedo acabarão por boicotar tudo aquilo que possamos ter construído de novo. É por isso que um Mundo Novo só pode ser manifestado pelas mãos de um Homem Novo, e o Homem Novo só pode fazer-se presente em nós através do contacto com esse Silêncio, o que é o mesmo que dizer: através do contacto com a nossa própria Alma.

Numa outra conferência, em que estive igualmente presente, e que estava centrada no desenvolvimento pessoal, o David teve mais um dos seus momentos. Ali, onde todos tentavam apresentar técnicas de aperfeiçoamento da personalidade, o David mostrou um outro caminho.

— *Vivemos tempos muito peculiares. Se no passado estivemos amordaçados sob o peso da moral religiosa, submersos pelos seus dogmas que condicionaram a plena expressão do Ser, hoje estamos no extremo oposto, construindo novos dogmas. Tentamos mostrar às pessoas que elas podem ser tudo aquilo que quiserem, que através de uma prática, de um método, de uma técnica, podem construir uma nova personalidade. Do lado do desenvolvimento pessoal dizem-nos que podemos ser mais felizes, ter mais sucesso, mais alegria, mais paixão, mais entusiasmo, mais energia, do lado da espiritualidade dizem-nos que devemos ser mais coerentes, mais humildes, mais amorosos, mais altruístas e, com base em tudo isto, apresentam-nos técnicas e métodos que nos permitam alcançar estes objectivos. Mas digo-vos que tudo aquilo que construímos com esforço através de uma técnica, seja ela qual for, é mais um personagem que colocamos sobre o palco. Melhor que o anterior, é certo, se for bem construído, mas mais um personagem. Na verdade, a Vida apenas pede-nos uma única coisa: que sejamos verdadeiros. Que tenhamos a coragem de remover todas as máscaras, sem construir outras máscaras, vivendo tranquilamente com esses estados gripais a que chamamos de egoísmo, inércia, infelicidade, tristeza, incoerência e tantos outros. E como estados gripais que são, logo passam. Não temos sequer que ingerir qualquer medicamento. Digo-vos que ser verdadeiro é aceitar a vida pelas experiências que ela nos apresenta, sem querer outras*

coisas senão aquelas mesmas. É viver essas experiências em aceitação plena, sem construir nenhuma história em cima disso. A vida é muito simples, sabem? — Ele sorriu. — Quanto mais verdadeiros formos, quanto menos personagens tivermos que representar sobre o palco, mais rapidamente esses estados gripais desaparecem sem que tenhamos sequer que nos ocupar com isso e, quando menos esperarmos, já lá não estão. Viver os personagens que construímos através de múltiplas técnicas de aperfeiçoamento pessoal é a mais perfeita das armadilhas, pois, numa primeira fase, julgamos realmente que estamos a melhorar; julgamos que esses estados gripais desapareceram porque o personagem criado não os tem, mas eles estão lá todos por detrás da máscara. E é uma armadilha que irá pedir de vós um esforço constante, uma vigília permanente sobre esse mesmo personagem, para garantir que este permaneça sobre o trilho que foi definido. Em algum momento, tornar-se-á um fardo que não conseguirão mais suportar, tal será o esforço exigido. Esforço esse que, como uma droga que para ter o mesmo efeito necessita de doses cada vez maiores, pedir-vos-á uma actualização constante em novas técnicas e métodos para os quais haverá sempre alguém disponível que, a troco de muito dinheiro, vos prescreverá as novas doses necessárias. No fim, a necessidade de controlo permanente para garantir que os objectivos pretendidos sejam alcançados será extenuante. Estarão tão preocupados com a construção desse personagem, fazendo um esforço tremendo para serem felizes, bem-sucedidos, alegres, coerentes, apaixonados, que a Vida acabará por passar-vos ao lado. Digo-vos que deixar o palco e remover as máscaras, aceitar a Vida através de todas as experiências que esta nos proporciona, sem fugirmos destas, é a verdadeira liberdade. Que tenhamos, pois, a coragem de saltar todas as técnicas e, sem construir coisa alguma no aperfeiçoamen-

to do que quer que seja, vivermos sem esforço, sem a necessidade de controlar, de conduzir, de direccionar, plenos dessa Presença que apenas pede de nós um rosto descoberto e livre de todas as máscaras.

As suas palestras eram assim mesmo, de desconstrução permanente, de tal forma que era muito difícil para algumas pessoas confrontarem-se com as suas palavras. Mas esse era o David, directo e sem panos quentes. Dizia, muitas vezes, que não estava ali para agradar às pessoas, mas para colocar cada um diante de si mesmo, permitindo que todos os espelhos fossem quebrados. Como ele mesmo repetia: *Haverá sempre uma Branca de Neve que será mais bela do que nós. Quebrar os espelhos é permitir que cada um encontre a verdadeira beleza que é interior e, nesta, o rosto da sua própria Alma.*

Mais tarde, depois de ter terminado o ciclo de palestras que realizava pelo país, o David iniciou um novo projecto, criando o Instituto para as Ciências Futuras que iria ser reconhecido nos anos seguintes pelo mundo inteiro como um dos mais inovadores. Integrou mentes geniais na busca de soluções para muitos dos problemas da Humanidade, tanto a nível das energias, como da saúde. Essas mentes tanto podiam ser académicos, como inventores sem estudos que geralmente conseguiam olhar para os problemas por uma perspectiva mais ampla e menos formatada. Colocar todos a trabalhar em conjunto era, sem dúvida, um exercício que estimulava a inovação e a criatividade. Em poucos anos, o instituto tornou-se uma pedra no sapato para muitos lóbis internacionais que, operando como verdadeiras máfias, escravizavam toda a Humanidade. Desde o lóbi do petróleo, que via no desenvolvimento

da tecnologia do Ponto-zero, um dos projectos principais do instituto, uma ameaça ao seu poder, pois encontrar um dispositivo que produzisse mais energia que aquela de que necessitava para funcionar, e que por isso mesmo se auto-alimentava, era dar ao mundo energia infinita, permitindo que todos, sem excepção, pudessem aceder a essa mesma energia de forma directa e gratuita, até ao lóbi farmacêutico, que ganhava milhões com a doença das pessoas e que, por isso mesmo, pouco interesse tinha na sua cura.

Eram, sem dúvida, tempos peculiares, aqueles. Vivíamos num paradigma em que, no centro, estava o dinheiro e, por isso mesmo, tudo girava em torno desse centro. Assente nesse paradigma, nunca poderíamos ter uma indústria farmacêutica preocupada com a saúde, pois isso seria a ruína do seu negócio que tinha, como cliente, não as pessoas, mas sim a doença. Faziam-se medicamentos que aparentemente solucionavam problemas, mas que, logo depois, criavam mais uns quantos a partir dos seus efeitos secundários. Era totalmente inadmissível que, com a tecnologia e o conhecimento existente, os medicamentos tivessem tantos efeitos secundários, mas as pessoas, de tal forma hipnotizadas pelo *marketing* e pela propaganda, aceitavam isso como algo de natural, incluindo os próprios médicos que replicavam essa mesma propaganda. Quando falava com as mães das crianças com quem a Maria convivia e dizia que nunca tinha dado um medicamento à minha filha elas olhavam para mim de lado como que dizendo: *Mas que mãe irresponsável!* A verdade, no entanto, é que a Maria era a criança mais saudável de todas, com um sistema imu-

nológico forte, capaz de combater qualquer doença porque foi habituado a resolver os assuntos sem ajuda externa, enquanto as outras crianças, viciadas em todo o tipo de medicamentos, tinham sistemas imunológicos preguiçosos, senão mesmo inertes, sempre dependentes de algo externo para combater a doença.

No dia da inauguração do Instituto, o David mandara reunir a equipa responsável pelo Departamento da Saúde, convidando-me para estar presente, e ali partilhou a sua visão sobre o caminho a seguir para se conseguir a cura para o Cancro.

— *Não sou um técnico nem um cientista, e por isso não sei como criar um medicamento que cure o cancro. Para isso temos esta equipa. Mas tenho uma visão, um caminho de pesquisa e estudo que poderá levar-nos aos resultados pretendidos. Até hoje, os tratamentos para o cancro têm como objectivo destruir as células cancerosas. É uma luta contínua para impedir que essas células contaminem o corpo, acabando por vencê-lo. Pois a minha visão é totalmente oposta. Em vez de tentarmos destruir as células que saíram fora da sua programação, rebelando-se contra o sistema, vamos tentar trazê-las de volta, permitir que se reencontrem com a sua essência e passem a cumprir essa mesma programação. Não sei se chegaremos lá por acção directa sobre essas células rebeldes, ou indirecta, fazendo com que as células boas possam, tal como um diapasão que afina as cordas de uma guitarra, emitir para as outras esse Som que as leve a assumir a sua programação dentro das leis internas do corpo e recuperar o seu lugar no bom funcionamento do mesmo. Este é o desafio que vos deixo, que sigam este*

novo caminho e investiguem, pois estou certo de que os resultados serão surpreendentes.

E os resultados foram realmente surpreendentes. Em pouco tempo o Instituto tinha desenvolvido um medicamento que fazia com que as células cancerosas deixassem de o ser. E o mais extraordinário é que, mesmo em doentes terminais, com metástases por todo o corpo, a remissão da doença era total. Foi a surpresa e o espanto geral quando a cura foi anunciada, assim como a disponibilização gratuita da fórmula, o que fez com que os governos do mundo tivessem investido na produção do medicamento que passaram a disponibilizar, sem custos, a todos os doentes, levando à erradicação definitiva da doença.

Na conferência de imprensa realizada para anunciar a descoberta da cura do cancro, o David não perdeu a oportunidade para passar uma outra mensagem que foi ouvida no mundo inteiro.

— A doença a que chamamos cancro é uma excelente metáfora para aquilo em que nos tornámos enquanto indivíduos dentro de um corpo-Humanidade que também está doente. Tal como as células cancerosas, também nós, como células desse corpo, nos desligamos da nossa essência, da nossa programação interna, julgando-nos indivíduos separados de tudo e de todos, que funcionam por si, em função dos seus interesses. E enquanto assim for, seremos tão cancerígenos quanto as células dentro do corpo de uma pessoa doente. A cura que foi encontrada permite recuperar essas células, trazê-las de volta à sua programação inicial e, assim, colocá-las em alinhamento e sintonia com as demais células dentro

de uma ordem natural que visa o bem-estar global do organismo. Que possamos todos nós, enquanto indivíduos, passar pelo mesmo processo de cura e permitir que o Silêncio da Alma se faça presente e nos devolva o sentido de unidade em relação ao corpo do qual fazemos parte. Que deixemos de ser células cancerosas, apartadas de todos, e assumamos o nosso lugar dentro da função global desse corpo-Humanidade que precisa de cada um de nós.

O trabalho do Instituto foi essencial para a mudança de paradigma, pois colocava no centro não mais os mercados e o dinheiro, mas o bem-estar e a felicidade das pessoas. A partir da descoberta da cura para o Cancro, outras se seguiram, não apenas na cura de doenças, mas também no desenvolvimento de medicamentos com efeitos secundários residuais ou mesmo inexistentes, todos eles de patente livre. E foi o fim de uma das mais lucrativas indústrias do velho paradigma, pois, com pessoas saudáveis, livres e informadas, não havia como fazer negócio em torno da doença.

Depois desta descoberta, o David criou um novo projecto, também este para permitir a cura de uma outra forma de cancro que se entranhou no seio da Humanidade, permitindo que cada indivíduo pudesse expressar plenamente a nota central da sua programação interior, alinhando-se com o todo. Para além das Aldeias e do Instituto, que já estavam em velocidade de cruzeiro e que, por isso mesmo, necessitavam menos da sua atenção, o David dedicou-se, quase que exclusivamente, a esse outro projecto pelo qual tinha um carinho muito especial, pois fora desenvolvido para ajudar as pessoas a encontrar a sua própria essência e a razão de ser de estarem aqui neste mundo. Criou, para esse efeito, vários núcleos de

cura pelo país, que funcionavam como verdadeiros hospitais da Alma, permitindo a cada pessoa desbloquear tudo aquilo que impedia essa mesma Alma de se fazer presente. No fundo, o David tentava fazer com as pessoas o mesmo que fizera com as células, ou seja, trazê-las de volta à sua essência e com isso ajudando a curar a Humanidade. Esses espaços eram predominantemente de silêncio, onde algumas terapias, de harmonização do corpo físico, e uma alimentação rigorosa, ajudavam cada um nesse desbloqueio. Não se usavam terapias energéticas, pois isso seria uma interferência no diálogo entre a energia da área onde esses espaços se encontravam, que por si só já tinha uma componente de cura muito forte, e a própria energia do Ser Interno da pessoa. Havia sempre um acompanhamento de quem chegava, embora de forma impessoal e discreta. Cada um era deixado ao seu próprio cuidado, enquanto caminhava pela natureza circundante, ou se ocupava de alguma actividade por si escolhida, ou terapia sugerida, sendo esse “estar” a parte central do próprio processo de cura que acontecia internamente sem grande interferência externa. Estes espaços eram predominantemente destinados a todos aqueles que ainda estavam mergulhados na vida comum daquele velho paradigma e desejassem buscar a cura da sua personalidade, permitindo uma maior fluência da Alma que os colocasse em sintonia profunda consigo mesmos. Na realidade, a verdadeira cura era isso mesmo: a Alma que, fluindo através de cada um, tudo harmonizava e restaurava de volta à ordem natural das coisas.

Para além dos Núcleos de Cura, onde havia um maior acompanhamento em espaços amplos que tinham a capacidade de receber dezenas de pessoas em simultâneo, o David criou

também Núcleos de Silêncio, como espaços de retiro onde cada pessoa poderia estar sozinha consigo mesmo. Eram construídos em lugares isolados, no campo, permitindo um total recolhimento a quem chegava. Espaços totalmente “brancos”, como o David os definia, no sentido de não assumirem externamente qualquer cor filosófica, doutrinária ou religiosa, nem imporem ou defenderem, perante quem ali se instalava, um sistema específico na forma de ensinamentos, rituais ou práticas. Eram verdadeiros refúgios interiores, onde cada pessoa podia estar consigo mesma sem nenhuma distração externa que pudesse interferir com esse diálogo tão necessário, permitindo que a Alma se fizesse presente e se instalasse, aos poucos, de forma permanente para que então, sim, o Novo Ser pudesse despertar. Geralmente estes espaços eram de acesso a todos aqueles que passavam primeiro pelos Núcleos de Cura, já que poderia ser difícil para muitas pessoas suportar esse silêncio sem primeiro passar por uma harmonização completa. No entanto, estava disponível para todos, ficando ao critério de cada pessoa.

A estadia nesses Núcleos de Silêncio, assim como nos Núcleos de Cura, era totalmente gratuita e nenhum tipo de comércio estava associado a esta, fosse pela cobrança de serviços, como a alimentação, ou pela venda de artigos ou promoção de iniciativas. Era também reservado a cada pessoa individualmente, não sendo permitido o acesso de grupos ou mesmo de casais. Cada um deveria propor-se viver aquela experiência sozinho, pois tratava-se do reencontro de cada pessoa com a sua própria Alma, e isso era algo muito pessoal e interno.

Durante anos, a estadia naqueles núcleos promoveu a Cura de muitos milhares de pessoas, permitindo o despertar em cada um do Homem Novo, o único que poderia, verdadeiramente, manifestar uma Nova Terra. Esses Núcleos, no entanto, eram apenas a preparação do trabalho que, anos depois, a Maria iria realizar através da sua presença, como manifestação directa da Divindade, promovendo essa mesma Cura na Humanidade inteira.

A última memória que guardo do David foi no leito da sua cama, dias antes de desencarnar. Havia nele uma aura de tranquilidade e o seu rosto sereno relevava a paz de quem tinha cumprido a sua tarefa.

— Sabes, Vera — dizia-me ele. — *Ao longo destes anos, as pessoas colocaram-me sempre num pedestal. E embora sempre tivesse tentado mostrar-lhes que era igual a elas, ninguém que me quis ouvir. Era mais confortável verem-me como alguém mais evoluído que poderia cuidar delas e conduzi-las no seu próprio processo, do que aceitarem-me como um entre muitos. Julgavam que, por tudo aquilo que fiz ao longo dos anos, ao assumir a minha tarefa, deveria ser alguém muito especial e diferente. — Ele riu. — Quanta ilusão! Sempre fui igual a todos. E se fiz tudo o que fiz, não foi por ser especial, diferente ou evoluído espiritualmente, mas porque esse era o meu resgate cármico por ter feito coisas muito erradas em vidas passadas, e nem falo do carcereiro que tu conhecestes na tua vida de Sara, pois esse teve a oportunidade de resgatar o seu carma nessa mesma vida, mas de muitas outras onde usei o conhecimento espiritual para manipular pessoas; onde, em nome da espiritualidade, cometi todo o tipo de barbaridades. A Vida é muito sábia. Quando ela tem uma tarefa*

importante para ser cumprida, nunca atribui essa tarefa ao ser mais capacitado e evoluído, mas sim àquele que tem mais carma para resgatar com o planeta; alguém que tenha as condições mínimas para cumprir a tarefa, embora não seja certo que o consiga, e que, ao mesmo tempo, traga equilíbrio ao jogo da dualidade. Assim foi comigo, e assim é com muitos seres que desempenham tarefas semelhantes. Se algum mérito tive ao longo destes anos, Vera, foi de estar atento ao Som da Alma, permitindo que esta me conduzisse de forma correcta, impedindo que os mesmos erros do passado fossem cometidos. E por isso sou infinitamente grato.

Dias depois ele deixava este mundo, partindo em Paz.

Naquele alpendre, que me viu nascer para a Vida, continuei a pintar o quadro de tons sépia que sabia ser o último. Sobre a imagem do lago, comecei a pintar uma névoa rasteira, como uma doce bruma que envolvia tudo de forma suave. Mas faltava qualquer coisa que ainda não tinha compreendido. Voltei, então, a lembrar-me do João, de tudo aquilo que tínhamos vivido naquela casa. Depois da nossa conversa junto do lago, convidei-o para almoçar no dia seguinte. Após o almoço, ficámos parte da tarde naquela varanda a conversar sobre os mistérios do Lago, de Madalena e de Cristo até ao momento em que as nossas Almas se tocaram num sentimento que nunca mais nos deixou...

Fizemos um longo silêncio. O calor terno e suave daquela tarde de Inverno acariciava-nos o rosto através da brisa que o transportava até nós num afago de mãe. A paz tocava-nos de forma profunda, ligando os nossos corpos com a Alma e esta com o Espírito. Havia um corredor vertical de contacto com toda a ex-

pressão do nosso ser, silenciando a mente, apaziguando as emoções e tranquilizando o corpo físico. Olhei depois para ele, sorrindo.

— Sabes qual é a sensação que tenho quando olho bem fundo em teus olhos? — Ele fixou-me, anuindo. — É como se fôssemos um casal de dois velhinhos com cem anos de idade, que já viveram tudo um com outro, que sabem tudo um do outro, e aqui, olhando este lago, apenas fica esta paz e esta tranquilidade de quem não tem mais nada para dizer, para construir, para experimentar no mundo, entregando a vida nas mãos do mais alto.

Ele sorriu, contendo as lágrimas num olhar humedecido.

— Sinto o mesmo. É como se soubesse tudo de ti; como se já tivesse vivido tudo contigo muitas vezes. E isso traz realmente uma grande paz. Posso mesmo afirmar que sinto por ti um amor sereno, tranquilo, que não pede nada para si que não seja o simples acto de amar.

Um Sorriso fez-se novamente presente no meu rosto de rugas vincadas pelo tempo, confortando-me com aquelas memórias que nunca me deixaram. Era um abraço aconche-gante que me envolvia na certeza de ter vivido tudo o que me estava destinado viver, pois mesmo os momentos mais difíceis nada mais foram que as experiências necessárias para que pudessem chegar aonde cheguei. E por tudo isso, do meu peito, apenas a gratidão profunda brotava como sinal de uma entrega incondicional à Vida.

Podia, finalmente, partir em paz.

ACTO III

A REVOLUÇÃO ESPIRITUAL

Depois do almoço, desci até ao Lago. As suas águas estavam serenas, espelhando, sem distorção, toda a paisagem. Sentei-me junto da margem de olhar no horizonte. E como sempre acontecia, o Lago começou a falar comigo. Uma brisa levantou-se, brincando com os meus cabelos e a água agitou-se em pequenas ondas que vinham na minha direcção. Desde que ali chegara pela primeira vez e acampara nas suas margens, há cinquenta anos, que aquele diálogo silencioso com o Lago sempre acontecera e ele nunca deixou de responder. Por vezes provocava-o, pedindo que mudasse a direcção do vento ou serenasse as águas, e a resposta era sempre imediata. Hoje, aquele lugar tornara-se o coração do mundo e ali chegavam pessoas de todos os países para estarem em contacto com aquele Silêncio. Não havia mantras, nem orações, não havia discursos nem ensinamentos, apenas o Silêncio, assim fomos instruídos pela Maria, a minha pequena Maria, à medida que ela ia assumindo, conscientemente, a sua missão.

No final de cada ciclo, encarnavam na terra aqueles a que no Oriente davam o nome de Avatares, manifestações directas de Deus sem intermediações, que eram focos de Luz e Amor Divino para toda a Humanidade. A Maria era um desses seres, e mais do que um desses seres, era o último de uma linhagem de Avatares, manifestando-se na conclusão de mais um ciclo planetário para a instauração de uma Nova Terra. A sua presença era leve, despojada, sem os brilhos dos *neons* da espiritualidade moderna. Raramente falava e, na sua presença, apenas ficava o Silêncio, esse Som a que o David chamava PAX. Centenas de pessoas participavam do seu *Darshan* diário, vindas de todos os cantos do mundo, e ninguém saía sem ser tocado pela presença das suas próprias Almas. Durante o *Darshan*, realizado dentro de um imenso espaço amplo de madeira, construído nas margens do Lago, em que a parede virada para este era toda ela de vidro, a Maria sentava-se junto com todos, pois recusava ficar numa posição superior ou distante. E assim ficávamos em silêncio por uma hora.

A vinda desse Avatar, dessa consciência como expressão directa da Divindade, era algo já anunciado por alguns arautos dos novos tempos. Através do contacto directo com alguns mestres, toda uma linha instrucional, em que se anunciavam aspectos do futuro, fora disponibilizada para a Humanidade. Em muito casos, no entanto, percebia-se que esse anúncio vinha com a necessidade de protagonismo por parte daqueles que veiculavam a mensagem e que buscavam, através deste, um palco onde a sua própria personalidade pudesse brilhar e ser adulada por tantos outros.

Não compreendendo que enquanto espelho que reflecte uma realidade interna, que a mensagem passada tem que ser impessoal, muitos acabaram por se perder de si mesmos, ao ponto de, em alguns casos, se confundirem com o próprio mestre, julgando-se a encarnação do mesmo. E quando esse mestre se afasta, porque a tarefa foi concluída e o discípulo não segue o exemplo do mestre, retirando-se do palco criado, o resultado é essa personalidade acabar por abrir brechas no seu sistema energético permitindo que as forças involutivas entrem com as suas sedutoras prendas, enfeitando esse mesmo palco com os brilhos nos quais o ego se distrai e se distancia da sua própria essência, mesmo que esse palco possa, muitas vezes, ser discreto e aparentemente humilde e despojado.

A encarnação de um ser como a Maria não podia, em momento algum, ser anunciado publicamente, e muito menos com morada certa, com pais conhecidos, pois a sua presença tinha que ser discreta e distante dos olhares de todos enquanto ela não assumisse de forma plena a sua função. Mas o que se via em alguns círculos de então era exactamente o contrário. Tudo isso, no entanto, acabava por ser positivo para a Maria, pois enquanto as pessoas estivessem distraídas com aquela forma de folclore espiritual, a Maria estaria protegida e longe dos olhares de todos e assim foi nos seus primeiros anos.

O seu nascimento foi devidamente planeado nos Planos Internos, mesmo não tendo eu consciência disso na altura. Tinha acabado o curso de Belas Artes, deixando a cidade na certeza de nunca mais regressar. Nessa altura, atrofiada numa vida cinzenta, parti na busca de um novo respirar que me libertasse de um cárcere de muitos anos, de uma existência

adormecida na indiferença e na solidão estéril de uma cidade onde milhões de pessoas caminhavam esquecidas umas das outras.

O que eu procurava, ao deixar tudo para trás, era o Silêncio profundo, o encontro com a minha Essência mas, na verdade, olhando o passado do lugar mais alto da Vida onde me encontrava agora, podia perceber que esse meu movimento na direcção do interior do país, daquela casa em particular, tinha como função única preparar a vinda da Maria. Logo depois, conheci o João, no sopé do monte, junto do Lago, e nunca mais nos separámos, apesar de ele ter partido. Do nosso reencontro, do nosso Amor, nascera aquela menina linda que, embora não tivesse conhecido o pai, que desencarnara estava eu grávida de sete meses, sempre manteve uma ligação com ele desde muito jovem, visitando-o muitas vezes, nos seus trajes astrais, na cidade que ela dizia ser das fadas. Os dois conversavam à minha revelia, pois submersa que estava na dor da sua partida, fechara-me para a minha dimensão espiritual até ser resgatada dessa dor pelas mãos do João. Tê-la junto de mim era o consumir de um desejo de muitos anos, pois sempre senti a sua presença muito antes de ela ter nascido, tanto assim que sabia que um dia iria ser sua mãe. Era como se a Maria nunca tivesse deixado de estar a meu lado, mesmo antes de nascer, acompanhando-me e conduzindo-me para que eu não me perdesse nas curvas do caminho.

Desde muito jovem que a Maria sempre mostrou uma tranquilidade e um equilíbrio raros de encontrar numa criança. Aceitava a minha autoridade sem a questionar, recusando as birras que nunca teve. Era como se vivêssemos juntas desde

sempre; uma sintonia que transcendia a própria relação de mãe e filha; um elo que nem o tempo poderia separar. E embora nunca tivesse deixado de ser uma criança como todas as outras, a sua ligação com a dimensão espiritual, mesmo sem ter consciência da sua tarefa nos primeiros anos de vida, era permanente. Certa vez contara-me que eu e ela tínhamos largado uma pomba branca no alto de uma casa muito alta e que, depois, uns homens maus nos tinham levado para um quarto escuro e frio. Outras vezes insistia no facto de a ter deixado sozinha, partindo com uma pomba que me levara; que ela tinha ficado muito triste, mas que depois eu regressara e nunca mais nos separámos. As memórias dessa outra vida que tivéramos juntas estavam muito vivas nos seus primeiros anos, como que tentando reforçar aqueles laços que nos uniam para além do tempo e do espaço.

Até à idade dos sete anos a Maria fora uma criança normal; já sensitiva, é certo, mas sem nunca deixar de ser criança. Apenas aos sete anos começou a manifestar comportamentos de alguém mais maduro e consciente dos problemas do mundo. Nessa altura a sua energia expandira-se e a sua capacidade de nos tocar e transformar com um simples olhar tornara-se algo muito intenso, ao ponto de muitas pessoas não conseguirem ficar na sua presença, pois a Maria desnudava-as e punha a descoberto tudo aquilo que elas não tinham a coragem de olhar de frente e assim permitir a sua transformação.

Certa vez, numa das minhas visitas à comunidade, uma senhora, sabendo que eu era a Mãe da Maria, abordou-me para partilhar uma experiência que tinha tido com ela.

— *A sua filha mudou a minha vida, e tudo de forma muito simples, sabe... Tinha vindo à comunidade para pedir orientação ao David, pois o meu filho tinha entrado em coma após um acidente. Ele, daquela forma despojada que lhe conhecemos, apenas disse-se que nada tinha para me dizer, dando-me um longo abraço. — Ela sorriu. — Eu ainda insisti, ansiosa por um milagre, mas ele respondeu que os milagres acontecem apenas na medida exacta da nossa entrega e da nossa fé. Nesse dia, uma tristeza profunda tomou conta de mim, e acabei nas margens do lago a chorar convulsivamente. Foi então que um grupo de crianças surgiu, brincando junto da água, e desse grupo, uma menina de olhar profundo aproximou-se e agachou-se junto de mim, fixando-me. Olhei para ela sem conseguir parar de chorar, ao que ela, sem dizer nada, retirou a flor que tinha presa na sua orelha e, de forma delicada, afastando os meus cabelos, colocou-a sobre a minha. Agradei, enxugando as lágrimas, ao que ela disse: «És muito bonita». Ao dizer isto, aproximou-se e beijou-me na testa. Foi como se tivesse recebido uma descarga eléctrica; todo o meu corpo ficou arrepiado, e um Fogo fez-se presente no meu peito. Nunca tinha sentido tanto Amor vindo de alguém e a Paz instalou-se para nunca mais me deixar. Depois de me beijar levantou-se e afastou-se e, quando ia a uns três metros, virou-se para mim com um sorriso, dizendo: «Estive a conversar com o Joaquim e disse-lhe que ainda não era a hora de partir. Temos que ajudar a Humanidade a Despertar».*

Naquele mesmo instante, depois de a Maria ter partido, ela disse-me que correu para o seu quarto e ligou para o hospital. O seu filho Joaquim tinha acordado e pedia para ver uma menina que tinha falado com ele. Dias depois deixaram tudo para trás e vieram morar para a comunidade.

Um outro momento, que ficou gravado em mim, acontecera um ano depois. O António tinha acabado de assumir as suas funções como Primeiro-ministro e o seu pai quis juntar toda a família no dia do seu aniversário. Liguei para a Isabel e pedi para falar com a Maria, perguntando-lhe se ela queria vir, ao que ela se predispôs de imediato a estar presente. Fui buscá-la à comunidade e levei-a directamente para a casa do pai do António. Quando chegámos deslocámo-nos para a sala, onde o senhor Manuel via na televisão a transmissão de uma tourada. Fiquei preocupada com o efeito que aquela forma de violência poderia ter na Maria, mas ela, de forma bastante tranquila, foi cumprimentá-lo e sentou-se a seu lado, observando aquele espectáculo. Não fez nenhum tipo de juízo nem o confrontou com aquilo que via, apenas permaneceu junto dele, fazendo perguntas simples:

— *Porque é que o touro tem aquelas coisas nos chifres?*

Ao que o senhor Manuel respondeu:

— *Para não magoar o cavalo, filha.*

— *Isso é uma boa ideia, assim o cavalo não sofre. Mas porque não fazem o mesmo com o touro?*

— *Como assim? — Perguntou ele sem tirar os olhos do ecrã.*

— *Podiam colocar uma cinta em volta do touro com um material duro no dorso, e assim as farpas eram espetadas nesse material e não magoavam o touro, o que acha?*

— *Hummm, não sei... Acho que se o touro não for picado ele não fica bravo. E a festa dos touros tem que ter bravura e sangue, faz parte do espectáculo.*

A Maria não insistiu mais, dando-lhe um beijo no rosto e vindo até junto de mim.

— *Mãe, levas-me a uma tourada?*

— *Tu queres ir a uma tourada, filha? — Perguntei eu perplexa.*

— *Sim, levas-me?*

O senhor Manuel, que ouvia à distância, acabou por nos interromper, dizendo:

— *Esta é cá das minhas... podem ir amanhã! Vai haver uma segunda tourada neste lugar.*

E no dia seguinte lá fomos nós ver uma tourada, sem eu saber muito bem o que esperar daquela experiência e da razão que levava a Maria a fazer tal pedido. Quando chegámos, um grupo imenso de pessoas encontrava-se em torno da praça com cartazes e megafones, protestando contra aquele espectáculo. Alguns chegavam mesmo a insultar as pessoas que vinham assistir à tourada, que por sua vez reagiam também com insultos, e vice-versa. Era bastante degradante tudo aquilo, ainda antes mesmo desse outro espectáculo que ainda não tinha começado. A Maria caminhou então na direcção do responsável por aquela manifestação. Não sei como ela soube, mas a verdade é que se dirigiu directamente a ele.

— *Porque não vêm comigo?* — Interpelou ela, olhando-o nos olhos. — *Vou estar lá dentro, em silêncio, irradiando Amor para todos. Porque não se juntam a mim? Quem sabe se o Amor não poderá realizar um milagre* — concluiu, com um sorriso tão profundo que tocou a Alma do líder daquele movimento.

Os protestos acabaram ali mesmo. Alguns deles despiram as camisolas com *slogans* e deitaram por terra os cartazes, aceitando o convite, enquanto outros se desmobilizaram e foram embora por acharem que apenas com a luta se poderia acabar com as touradas.

Juntos entrámos na arena, dispersando-nos pelas bancadas onde ficámos em silêncio. E enquanto o espectáculo decorria, não pude deixar de reflectir sobre tudo aquilo que observava. No fundo, não existiam certos e errados dentro daquele contexto que se desenrolava diante dos meus olhos, pois aquelas pessoas estavam de olhos vendados, não conseguiam ver o que ali verdadeiramente acontecia, já que condicionadas pelos contextos familiares, sociais e culturais onde se inseriam, aos seus olhos, nada de errado ali acontecia. E esta reflexão levou-me a uma outra, extensível a todas as pessoas e não apenas àquelas, de que na verdade eram muito poucos aqueles que conseguiam chegar à liberdade de ser de acordo com seu próprio sentir, sem nenhum filtro social, cultural ou ideológico a condicionar a sua visão. As pessoas que ali estavam certamente julgariam que o seu gosto pelas touradas era apenas seu, construído a partir da sua própria experiência na relação directa com aquela realidade, mas na verdade não era assim. Os filtros da cultura, da família, da sociedade, das ideologias e crenças

acabavam sempre por condicionar esse mesmo gosto, levando-as a crer que este era seu, quando na verdade fora educado e domesticado pela própria sociedade. Fazia-me lembrar a primeira vez, e única, que experimentei um cigarro com os meus amigos, ainda adolescente. Que experiência horrível! Mas eles, apesar de terem sentido o mesmo, acabaram por aceitar aquele desconforto e o mal-estar resultante, insistindo, com um sorriso forçado, naquela experiência, acabando por domesticar o seu desagrado e impor um gosto que não era seu mas que, pela necessidade de se sentirem integrados dentro de um contexto social e cultural que valorizava aquele tipo de comportamento, acabaram por se moldar a essa exigência.

O que eu via diante de mim não era diferente. Gostar de touradas não era certamente algo que vinha genuinamente da pessoa a partir de um sentir pessoal, isento, puro, livre, mas de um condicionamento cultural que moldou o seu próprio pensamento e a sua própria maneira de ser. A criança que cada uma daquelas pessoas fora um dia certamente que ficara chocada quando, pela primeira vez, viu um touro ser torturado daquela forma. Mas a família acabou por amortecer esse impacto, condicionando o seu sentir face à visão cultural dentro da qual a própria família já estava prisioneira. E assim, o sentir verdadeiro e puro daquela criança acabou por ser anestesiado e suprimido face ao contexto onde ela se inseria.

O que a Maria fez naquele dia foi algo belíssimo, embora circunscrito às pessoas que ali estavam. Sem confrontar ninguém com os gostos herdados, o que ela fez foi retirar dos olhos de cada uma daquelas pessoas a venda que fora colocada pela sociedade e permitir que elas pudessem olhar para aquele

espectáculo pelos olhos dessa criança que o viu pela primeira vez. E o resultado foi que a maioria das pessoas presentes não gostou daquilo que viu. No fim da tourada, apenas um grupo residual tinha permanecido, estando as bancadas praticamente vazias.

Quando deixámos a arena, a Maria dirigiu-se ao líder do movimento anti-touradas, que estava bastante emocionado com o que acontecera e, num tom mais maduro do que aquele que a sua idade denunciava, plena da presença da sua Alma, disse-lhe:

— *Espero que hoje, aqui, não tenham caído apenas as vendas daqueles que gostavam deste espectáculo, mas também as vossas. Não se muda de paradigma lutando contra o que quer que seja, pois as pessoas não são responsáveis pelas vendas que lhes foram colocadas e, por isso mesmo, merecem todo o nosso respeito e amor. Coloquem a vossa força e energia, sim, na implementação de novas leis que protejam os animais de forma mais global, pois é pela afirmação do novo e não pelo confronto com o velho, que o mundo pode mudar.*

No segundo mandato do António, uma nova lei de defesa dos animais, mais global e sem cláusulas de excepção, acabaria por ser aprovada e, embora não tenha acabado com as touradas, forçou a que estas acontecessem sem que o touro fosse ferido, usando-se uma cinta em torno do mesmo com um material duro no dorso onde eram espetadas as farpas, tal como a Maria tinha sugerido ao pai do António. Com o tempo, no entanto, sem o sangue e a tortura, as pessoas desinteressaram-se e aquele espectáculo acabou por desaparecer sem que tivesse sido necessário proibir a sua existência.

Muitos outros episódios como este foram acontecendo à medida que a Maria crescia e assumia de forma consciente a sua tarefa. Sempre de forma acolhedora, sem excluir ninguém, mostrando que o Amor tudo unificava.

Na comunidade, a vida da Maria era simples e despojada. Sempre foi Um com todos, sem se diferenciar, sem ter tido, ou buscado, qualquer tipo de protagonismo, pelo menos até ao Grande Colapso, após o qual ela se deu a conhecer ao mundo e passou a ser procurada. Nunca se isolou, vivendo integrada nos ritmos normais da comunidade, participando das tarefas e das rotinas diárias, sempre de forma humilde e simples. Em criança era uma entre todas as outras crianças; na adolescência, já mais madura e consciente da sua tarefa, passou a ser vista pelos residentes como alguém especial, embora continuasse com a mesma postura humilde, despojada e silenciosa. Ninguém deixava aquela comunidade sem ser tocado por si, mesmo que não a encontrassem pessoalmente; e todos saíam transformados.

Lembro-me de uma vez em que fomos para a apanha da azeitona, os residentes e aqueles que nos visitavam. A Maria, como sempre fazia, juntou-se a nós, sendo apenas reconhecida por aqueles que viviam na comunidade. Fomos separados em grupos que eram formados por residentes e visitantes, e cada um ficou com uma parte do olival. No nosso grupo encontrava-se uma senhora, já nos seus cinquenta anos, que tinha vindo passar uns dias à comunidade e que ficou junto da Maria. E como ela falava! Ficou o dia todo a falar das suas desgraças, do mal que lhe tinham feito, das injustiças e maledicências a que fora sujeita, do rol de doenças que a

atormentavam. As suas palavras estavam repletas de amargura, de ódio, de ressentimento. A Maria foi ouvindo tudo em silêncio. Nunca a interpelou, simplesmente ouvia de forma tranquila, sem julgar ou avaliar o que ela dizia. No fim da tarde, a senhora começou a mudar o discurso. No meio das coisas negativas começou a falar de outras positivas, dos momentos de alegria que teve, das viagens que fez e de que gostara muito, das comidas favoritas... percebia-se uma mudança, uma leveza começava a instalar-se, mas continuava a falar muito. No dia seguinte o grupo voltou a reunir-se para continuar aquela tarefa e a senhora nada falou. Passou o dia inteiro em silêncio, para espanto de todos, menos da Maria, que continuava a sua tarefa como se nada fosse. No fim daquele dia, não resisti e interpelei a senhora.

— *Reparei que passou hoje o dia todo em silêncio. Ontem falou tanto, mas hoje nada disse. O que aconteceu?*

Ela sorriu com um olhar iluminado.

— *O que aconteceu não sei ao certo, mas hoje acordei e era uma pessoa nova. Foi tão estranho e ao mesmo tempo maravilhoso. Olhava para as coisas como se as visse pela primeira vez e um sentimento de encantamento tomou conta de mim, como uma criança de se deixa maravilhar pelo novo que conhece. Ontem falei sem parar e era como se me libertasse de toxinas antigas. Pude perceber que na verdade vivi toda a minha vida como se estivesse dentro de uma realidade virtual, presa nas memórias, boas ou más, não interessa, sem interagir com o mundo cá fora. Era como se fosse esta criança a jogar computador, presa na realidade do jogo, sem perceber a vida que lá fora a chamava para*

brincadeiras e descobertas. E sempre vivi como esta criança alienada, presa dentro das memórias como se os meus olhos estivessem virados para dentro da cabeça e não para fora, para o mundo, para a vida. Hoje, quando acordei, tinha, pela primeira vez, os olhos virados para fora, pude ver a vida em torno de mim, pude sentir as coisas, deleitar-me com elas. Foi realmente maravilhoso quando chegámos ao olival e pude contemplar as árvores repletas pelo orvalho matinal e a luz do sol reflectida neste... quando toquei as folhas e senti a textura, quando olhei pela primeira vez para as azeitonas que não tinha visto no dia anterior, mesmo tendo apanhado vários cestos, e observei-as nas suas diferentes tonalidades de verde-escuro e preto, quando, durante o almoço, me descalcei e senti a frescura do ribeiro nos meus pés, ao caminhar sobre os seixos redondos. E os sons, então, as cores, a Vida que nunca vi por ter vivido presa dentro da minha mente, julgando que as memórias eram a realidade enquanto a verdadeira vida cá fora era vivida de forma mecânica, sem me relacionar com esta, sem interagir verdadeiramente. Não sei o que aconteceu, ou como aconteceu, só sei que passei por uma cura profunda que fez despertar em mim o meu verdadeiro Ser.

E isto era o que a Maria fazia com as pessoas que nos visitavam. Sem se impor ou dar-se a conhecer, sem que estas sequer percebessem de onde tinha vindo essa cura, a Maria fazia despertar cada pessoa que com ela se cruzava para a sua própria essência e fazia-o assim mesmo, de forma simples, discreta, sem procedimento ou rituais, sem buscar protagonismo, apenas absorta no seu imenso silêncio onde cada pessoa mergulhava como num baptismo. E todos os que ali chegavam passavam por esse baptismo e as suas vidas eram totalmente transformadas.

Tudo isso, no entanto, não estava descontextualizado do lugar onde ela vivia, junto das margens daquele Lago, e das pessoas que a acompanharam desde criança. Hoje sabia o quanto a presença do David e, de forma muito particular, da Isabel, foram essenciais para o seu crescimento estável, permitindo que ela pudesse assumir a sua tarefa sem a necessidade de grandes ajustes ao nível da personalidade. Na verdade, o triângulo que a Maria criou em torno de si, formado pela Isabel, pelo David e por El, que ela fora buscar pela sua própria mão, era a base que permitiu, mais tarde, estabilizar a energia de LYS e provocar uma transformação na Humanidade inteira.

Com o Grande Colapso mundial, a Maria passou a ter um papel central na estabilização e harmonização do caos que dali resultou. Enquanto as televisões do mundo inteiro apenas mostravam imagens dessa revolta, a Maria pediu para se deslocar ao parlamento lusófono que tinha sido construído numa das ilhas de Cabo Verde, onde se encontravam os deputados de todos os países de língua portuguesa que faziam parte da União Lusófona, que mais tarde se transformaria na actual Federação, cuja capital se encontra nessa mesma ilha. Fora a única vez em que a Maria deixara o país. Já no parlamento, subiu ao púlpito e ficou em silêncio. E foi tudo o que a Maria partilhou naquele dia. O que aconteceu no mundo, só mais tarde seria percebido. As pessoas, ao verem a sua imagem na televisão, começaram a chorar de forma espontânea, como se um fardo muito antigo tivesse sido retirado dos seus ombros, permitindo-lhes, pela primeira vez, sentir o aroma das suas Almas. A Maria tinha feito com a Humanidade inteira aquilo

que anos antes fizera com as pessoas que se encontravam naquela arena de touros; retirara dos seus olhos todas as vendas, todas as máscaras, e colocara-as em contacto com a sua essência. Naquele momento histórico, quando a Maria se colocou diante do mundo inteiro, um silêncio planetário fez-se presente. As imagens da Maria, a sua presença, tiveram o poder de apaziguar o medo que tomara conta das pessoas e, nos dias seguintes, o caos resultando do Grande Colapso tornara-se residual. A partir de então, como um verdadeiro farol, muitas embarcações perdidas ao largo começaram a encontrar o rumo de volta a casa através do contacto com a sua Alma. No centro deste país, nas margens daquele mesmo Lago, foram criados espaços de acolhimento para quem vinha ao seu encontro, sendo que muitos outros mestres encarnados acabaram por instalar os seus *Ashrams* naquele mesmo lugar, participando dos *Darshans* da Maria. Portugal tinha-se tornado, também, o centro espiritual do mundo: esse Quinto Império que levava consigo as fragrâncias do Espírito Santo a cada Alma encarnada, desvelando o verdadeiro rosto por detrás dos contornos civilizacionais e com isso permitindo o despertar de milhões de pessoas para a sua Essência. E se através do António se reformou o velho paradigma, e do David se construiu o novo, através da Maria era a Realidade do Espírito que despertava no coração de cada ser, trazendo consigo a Verdadeira Vida.

Essa trindade encarnada, essas três Almas, sendo que uma delas era mais que uma Alma, foram os principais agentes das transformações que aconteceram no mundo nos últimos cinquenta anos. Foram eles que permitiram a mudança de paradigma e o reencontro de todos com a sua própria essên-

cia. Foram eles, como verdadeiros navegantes de uma história que se repetia, que levaram ao mundo as fragrâncias de uma Nova Terra, instaurando esse Quinto Império anunciado desde sempre pela voz de muitos poetas e filósofos do passado, arautos desse Desígnio Maior que este país nunca deixou de cumprir, apesar de todos os desertos trilhados. E, para além deles, era a Alma de um Povo que se soube erguer e assumir as suas responsabilidades, mostrando ao mundo os caminhos do futuro e acolhendo, como sempre o fez, de forma fraterna e profundamente compassiva, toda a Humanidade.

Nove anos depois do Grande Colapso, tinha ela trinta e três anos, a sua missão ficou concluída. Nas margens do Lago, toda a comunidade, e as pessoas que nos visitavam, concentraram-se em torno de si. Uma cerimónia profundamente sagrada iria realizar-se. Num ponto central, a Maria sentara-se em triângulo com El, An e Ra. Ela no centro do triângulo, eles em torno de si, virados, cada um, para o centro onde se encontrava a Maria segurando as três pedras do Graal. O Silêncio era físico, podia-se tocar como quem coloca a mão na água e sente o seu frescor. Nem mesmo a Natureza fazia um único ruído que fosse, tal a sacralidade daquele momento. Sobre o Lago, uma névoa rasteira de tons azul-safira corria serenamente para as margens, envolvendo-nos num abraço de mãe. As dimensões fundiam-se num único momento, antecipando a consagração final de toda a Humanidade. Desde a cerimónia realizada na presença da pedra central do Graal, que eu mesma trouxera da cidade de Anuea e onde os doze de Mariz se reuniram na presença física de Maria Madalena, até à cerimónia realizada na presença das três pedras do Graal, duas

das quais trazidas pela Isabel — An como a Maria lhe chamava —, e onde a Chave de ligação da Terra com o Céu fora activada, agora, com a partida da Maria, era a consagração final do planeta rumo à sua Sacralização. E cada Alma encarnada, no mundo inteiro, ficou totalmente sintonizada com aquele momento, aguardando pelo baptismo de Fogo que iria permitir que cada uma pudesse despertar. Todos, sem excepção, sem que disso tivessem consciência, pararam e sintonizaram aquele triângulo no centro de Portugal, aguardando o momento final daquela longa história.

E foi então que tudo aconteceu. Sobre o Lago materializaram-se várias naves, para espanto de todos. Os nossos irmãos do espaço apresentavam-se, de forma directa e sem filtros, a toda a Humanidade. Sobre as três pedras do Graal, que a Maria segurava, uma chama branca pulsava, elevando-se até ao infinito. Em todos, instalou-se um Fogo no centro do peito. Esse Fogo, a chama do Espírito Santo, ou PAX como o David lhe chamava, era o mesmo que os Apóstolos receberam no dia de Pentecostes e que agora iria despertar no coração de todos. O planeta entrava, como um todo e sem excluir ninguém, na Quinta Dimensão.

Assim que esse Fogo se instalou de forma definitiva e consciente no coração de todos os habitantes do planeta, a Maria olhou para mim e, com um sorriso cintilante que me envolveu, entregou-me as pedras. Todo o seu corpo se fundiu numa luz azul-safira, desmaterializando-se diante dos nossos olhos e partindo na direcção de uma das Naves. Estava consumado. O processo que tinha sido iniciado quando eu mesma trouxera da cidade de Anuea a pedra central do Graal, que

depois foi activado pela Isabel quando trouxe as duas pedras polares, estava agora concluído. A Terra tornava-se, finalmente, um planeta consagrado e abriam-se as portas para a sua Sacralização final.

E a grande lição que aquele momento nos trouxe foi a de que o Amor tudo transforma pela unidade. Não foi necessário nenhum cataclismos planetários, nenhum Apocalipse, para que o planeta mudasse de dimensão e uma Nova Terra se pudesse manifestar. Foi apenas necessário esse Silêncio que a Maria emitia do centro de cada Alma encarnada, permitindo que o Amor desabrochasse com a mesma naturalidade de uma flor que se abre ao Sol para libertar o seu pólen. E, a partir desse centro, todos despertaram para a sua verdadeira realidade interior, fossem eles quem fossem na dimensão humana, estivessem mais ou menos perdidos de si mesmo; quando o Som soou, todos acordaram.

Subi então de volta a casa, aproximando-me do quadro. Peguei no pincel, molhei a tinta ressequida, e em traços suaves, por entre a névoa, desenhei um barco conduzido pelos braços de alguém que o levava na direcção da margem onde me encontrava. E foi nesse momento que senti a mão do João no meu rosto, sorrindo.

«Falta pouco, João. Em breve iremos ficar juntos para sempre.»

Ia, finalmente, regressar a casa.

A obra do autor é formada por uma trilogia composta pelos romances **Murmúrios de um Tempo Anunciado**, **Janelas entre dois Mundos** e o livro que encerra essa mesma obra, **Memórias de um Despertar**, de onde foram retirados estes três Actos. Para além da trilogia, a obra é composta também por um quarto romance, a **Chave de Andrómeda** que, não fazendo parte da trilogia, complementa-a. Ali é contada a história de Isabel referida no Acto III como o personagem que cuidou da Maria. A obra literária, na sua totalidade, assim como os álbuns musicais que o autor compôs, encontram-se para download gratuito em:

WWW.PEDROELIAS.ORG

Este livro foi-lhe disponibilizado gratuitamente.

Se desejar contribuir com um **donativo**,
poderá fazê-lo das seguintes formas:

PAYPAL

email para transferência:

pedroelias@horiah.org

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA

BANCO BPI

NIB - Número de Identificação Bancária

0010 0000 23479330001 68

IBAN - Número Internacional da Conta

PT50 0010 0000 2347 9330 0016 8

SWIFT/BIC

BBPIPTPL

